



UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA

Rúben Miguel da Silva Farinha

**QUALIDADE DA CONCESSÃO DE CRÉDITO NO SETOR  
BANCÁRIO EM PORTUGAL**

*Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Economia, na especialidade de Economia Financeira orientado pelo Professor Doutor Nuno Miguel Barateiro Gonçalves Silva e apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*

Junho de 2019

• U



C •

FEUC

FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Rúben Miguel da Silva Farinha

# Qualidade da Concessão de Crédito no Setor Bancário em Portugal

*Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Economia, na especialidade de Economia Financeira orientado pelo Professor Doutor Nuno Miguel Barateiro Gonçalves Silva e apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre*

Junho de 2019

## **Agradecimentos**

A elaboração deste relatório representa o final de mais uma etapa no meu percurso académico e na minha vida e, como tal, quero deixar um agradecimento especial a todos aqueles que me acompanharam nesta etapa, e a tornaram incrível.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais, por sempre acreditaram em mim e pelo apoio incondicional que sempre me deram, pois sem eles, nada disto seria possível.

Aos amigos que trouxe e aos que fiz ao longo deste percurso, que sempre estiveram do meu lado, e com os quais partilhei grandes momentos.

Ao meu orientador, Professor Doutor Nuno Silva, por estar sempre disponível e pronto para me ajudar ao longo destes 2 semestres, e cujo contributo foi indispensável para a realização deste relatório.

A todo o grupo CCAM de Coimbra pela forma como me acolheram e pela constante boa disposição, e em especial ao pessoal da área da recuperação de crédito, que foram companheiros fantásticos ao longo de todo o estágio.

## Resumo

A elaboração deste relatório surge no âmbito do estágio curricular realizado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra durante o primeiro semestre do ano letivo 2018/2019, e visa abordar a temática do crédito malparado na economia portuguesa.

Desde o início do século, o crédito tem assumido um papel cada vez mais importante no funcionamento da economia, e o acesso a este vem sendo cada vez mais facilitado aos agentes económicos, como meio para o financiamento de atividades para as quais não possuem liquidez imediata. Contudo, na sequência da crise de 2008, muitos mutuários deixaram de ter recursos para liquidar as suas dívidas, o que levou ao incumprimento de um elevado número de empréstimos e ao agravamento da situação que se vivia em Portugal. Este conjunto de adversidades expuseram algumas fragilidades no setor bancário português, e tiveram implicações graves sobre o desempenho de vários bancos, cujos balanços apresentavam rácios de crédito vencido muito preocupantes. Nestas circunstâncias, o presente relatório visa, através da estimação de um modelo econométrico, avaliar o impacto dum conjunto de indicadores macroeconómicos e individuais dos bancos sobre a qualidade do crédito concedido pelos bancos em Portugal.

Os estudos que se debruçam sobre o crédito malparado têm vindo a ser cada vez mais relevantes, dado o impacto que este rácio tem sobre as instituições de crédito, e a importância deste para a solidez de todo o setor. Para esta investigação, foram considerados relevantes indicadores macroeconómicos, como o PIB, a taxa de desemprego, a taxa de juro ou a dívida pública, e indicadores específicos dos bancos, como o tamanho, a taxa de crescimento do crédito, a rentabilidade, o rácio de capital ou a eficiência operacional destes.

Esta investigação permitiu a análise da evolução dos rácios de crédito vencido no setor bancário em Portugal que, no decorrer desta década, foi atingindo taxas de crescimento consideráveis para a maioria dos bancos. Para esta evolução, contribuiu o fraco desempenho da economia, as altas taxas de desemprego e a elevada dívida pública, que foram caracterizando o período. Relativamente aos indicadores específicos dos bancos, apenas a dimensão se revelou capaz de influenciar o nível de crédito malparado destas instituições.

**Palavras-Chave:** Crédito Malparado; Setor Bancário Português; Determinantes Macroeconómicos; Determinantes Específicos dos Bancos.

## **Abstract**

This report arises in the context of the curricular internship realized at Caixa de Crédito Agrícola Mútuo of Coimbra during the first semester of the academic year of 2018/2019, aiming to address the issue of non-performing loans in the Portuguese economy.

Since the beginning of this century, credit has been assuming an increasingly important role in the operation of the economy, and the access to it has been made easier to the economic agents, as a mean to finance the activities for which they do not have immediate liquidity. However, after the 2008 crisis, many borrowers ceased to have resources to liquidate their debts, which led to the default of a large number of loans and to the worsening of the situation lived in Portugal. This set of adversities exposed some weaknesses in the Portuguese banking sector and had serious implications for some banks' performances, whose balances presented worrying overdue credit ratios. In these circumstances, the aim of this report is, through the estimation of an econometric model, to evaluate the impact that a group of macroeconomic and bank-specific determinants has in the quality of the credit granted by the banks in Portugal.

The studies made about the non-performing loans have become more relevant throughout recent years, given the impact this ratio has on the credit institutions and its importance for the banking sector's strength. For this investigation, we considered several relevant macroeconomic indicators, such as the GDP, the unemployment rate, the short-term interest rate, and the public debt, and bank-specific indicators, such as the banks' size, credit growth rate, return on assets, capital ratio, and operational efficiency.

This investigation allowed the analysis of the overdue credit ratio's evolution in the Portuguese banking sector which throughout the last decade reached considerable growth rates for most of the banks. The poor performance of the economy, the high unemployment rate, and the high public debt have all contributed to that evolution. Regarding the bank-specific indicators, only the size has been able to influence the level of non-performing loans of these institutions.

**Keywords:** Non-Performing Loans; Portuguese Banking Sector; Macroeconomic Determinants; Bank-Specific Determinants.

## **Lista de Siglas**

ADF – *Augmented Dickey-Fuller*

AIC – *Akaike Information Criterion*

APB – Associação Portuguesa de Bancos

BAC – Banco de América Central

BANIF – Banco Internacional do Funchal

BB – Banco do Brasil

BBVA – Banco Bilbao Vizcaya Argentaria

BCP – Banco Comercial Português

BES – Banco Espírito Santo

BESI – Banco Espírito Santo de Investimento

BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total

BIG – Banco de Investimento Global

BII – Banco de Investimento Imobiliário

BNP – Banco Nacional de Paris

BPI – Banco Português de Investimento

C.R.L. – Cooperativa de Responsabilidade Limitada

C.R.P. – Conservatória do Registo Predial

CA – Crédito Agrícola

CAIS – Crédito Agrícola Intranet Service

CBI – Caixa - Banco de Investimento

CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo

CGD – Caixa Geral de Depósitos

CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal

EB – Economia Bancária

EFR – Economia Financeira e do Risco

EISF – Economia das Instituições e dos Sistemas Financeiros

EMF – Economia Monetária e Financeira

FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

FGCAM – Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo

FMI – Fundo Monetário Internacional

NPL – Non-Performing Loans

PARI – Plano de Ação para o Risco de Incumprimento

PER – Processo Especial de Revitalização

PERSI – Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento

PIB – Produto Interno Bruto

ROA – *Return on Assets*

SIBAL – Sistema Integrado de Balcões

SICAM – Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo

UE – União Europeia

# Índice

<b>1. Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>2. Estágio</b> .....	<b>5</b>
2.1. Entidade de Acolhimento .....	5
2.1.1. Crédito Agrícola.....	5
2.1.2. História do Grupo CA .....	6
2.1.3. Enquadramento do CA no Setor Bancário .....	8
2.1.4. A CCAM de Coimbra – Apresentação e Contexto Histórico.....	10
2.2. Tarefas Desenvolvidas no Estágio.....	11
2.2.1. Controlo de PERSI.....	12
2.2.2. Aviso de Incumprimento .....	13
2.2.3. Pagamentos .....	13
2.2.4. Correspondência .....	14
2.2.5. Tratamento de Penhoras .....	14
2.2.6. Gestão de Arquivo .....	15
2.2.7. Processos para Contencioso.....	15
2.2.8. Contratos de Aditamento.....	16
2.2.9. Cartas de Insolvência .....	17
2.2.10. Informação acerca da Situação dos Clientes .....	17
2.2.11. Balanço do Estágio.....	19
<b>3. Revisão da Literatura</b> .....	<b>21</b>
3.1. Conceito de Crédito Malparado.....	21
3.2. Determinantes do Crédito Malparado.....	21
3.2.1. Determinantes Macroeconómicas .....	22
3.2.2. Determinantes Específicas dos Bancos .....	24
<b>4. Desenvolvimento do Sistema Bancário Português</b> .....	<b>29</b>



4.1 Evolução de alguns Indicadores relativos ao Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017 .....	31
<b>5. Dados .....</b>	<b>39</b>
<b>6. Metodologia e Resultados .....</b>	<b>41</b>
6.1 Análise dos Resultados Obtidos .....	45
<b>7. Conclusão .....</b>	<b>49</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>51</b>

## Índice de Quadros

<b>Quadro 2.1.</b> Evolução de Alguns Indicadores Relativos aos Balanços e Demonstrações de Resultados da CCAM Coimbra (2014-2017) .....	<b>11</b>
<b>Quadro 6.1.</b> Variáveis Macroeconómicas e Específicas dos Bancos que serão utilizadas na Estimção do Modelo.....	<b>41</b>
<b>Quadro 6.2.</b> Estacionaridade das Variáveis Macroeconómicas através do Teste Aumentado de Dickey-Fuller .....	<b>42</b>
<b>Quadro 6.3.</b> Estacionaridade das Variáveis Específicas dos Bancos através do Teste de Im, Pesaran e Shin (2003) .....	<b>43</b>
<b>Quadro 6.4.</b> Coeficientes e P-Values associados às Variáveis Estimadas pelo Modelo Econométrico.....	<b>45</b>

## Índice de Figuras

<b>Figura 2.1.</b> Evolução Histórica do Crédito Agrícola .....	<b>8</b>
<b>Figura 2.2.</b> Evolução da Percentagem do Crédito Concedido e dos Depósitos Efetuados entre 2013 e Meados de 2018 em Portugal, e Respetiva Dispersão pelo País .....	<b>9</b>
<b>Figura 4.1.</b> Rácio de Crédito Malparado na Zona Euro para o ano de 2018 .....	<b>30</b>
<b>Figura 4.2.</b> Evolução Semestral do Total do Ativo do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017 .....	<b>32</b>
<b>Figura 4.3.</b> Evolução Semestral da Taxa de Crescimento da Concessão de Crédito do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017 .....	<b>33</b>
<b>Figura 4.4.</b> Evolução Semestral do Rácio de Crédito Malparado do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017 .....	<b>34</b>
<b>Figura 4.5.</b> Evolução Semestral do Rácio de Capitalização do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017.....	<b>35</b>
<b>Figura 4.6.</b> Evolução Semestral da Rentabilidade do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017.....	<b>36</b>
<b>Figura 4.7.</b> Evolução Semestral da Eficiência Operacional do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017.....	<b>37</b>

## 1. Introdução

Tendo como principal função a intermediação financeira entre agentes económicos excedentários e agentes económicos deficitários, os bancos têm na concessão de crédito uma responsabilidade de capital importância, sendo estes dotados de capacidade de disponibilização de empréstimos a clientes que se encontrem com essa necessidade, através da captação de poupanças de clientes que desejam ver os seus fundos mobilizados.

Esta atividade de concessão de crédito tem como finalidade, além da obtenção de lucro por parte da entidade bancária, a cedência de liquidez, de forma a que o cliente (singular ou empresa) possa investir o montante que lhe foi concedido para, mais tarde, liquidar a sua dívida através do pagamento do empréstimo e dos respetivos juros. Mas, para o bom funcionamento desta operação, é necessário ter em conta um conjunto de fatores indispensáveis, tais como a liquidez do banco no momento, a maturidade dos empréstimos, as taxas de juro que serão aplicadas, e principalmente, o risco de crédito associado à probabilidade de os intervenientes não cumprirem com as suas obrigações.

Ter em conta estes fatores torna-se fundamental para o bom funcionamento do sistema bancário e, conseqüentemente, da economia em geral. Já o desprezar destes, reflete-se, geralmente, em situações de incumprimento, impossibilitando a realização da operação como planeada, e originando assim créditos vencidos. Quando os clientes, por quaisquer motivos, deixam de cumprir com as suas obrigações, os bancos suportarão perdas que poderão colocar em causa a sua rentabilidade e, até mesmo, a sua subsistência.

A existência de crédito malparado afeta negativamente o desempenho dos bancos e do sistema financeiro, tornando-se, assim, importante a intervenção dos gestores bancários de forma a manter controlados os níveis de crédito vencido. Daí tornar-se relevante a investigação das determinantes que afetam o crescimento do crédito malparado, com vista ao planeamento de estratégias eficientes para a sua atenuação, contribuindo assim para uma maior solidez do sistema financeiro. O estudo destas determinantes, que influenciam os níveis de crédito malparado no setor bancário, é um exercício muito importante para as autoridades reguladoras preocupadas com bons níveis de estabilidade financeira. Alguns estudos, entre eles o de Reinhart e Rogoff (2011) alertaram para o facto de que níveis mais elevados de crédito malparado estão por vezes associados ao despontar de uma crise bancária.

A parcela de empréstimos associada ao crédito em incumprimento pode ser explicada por diversos determinantes, dos quais se destacam alterações macroeconómicas e alterações verificadas dentro da estrutura dos bancos. São frequentes e diversificados, os estudos que se têm vindo a preocupar com a análise dos efeitos que alguns indicadores, tanto macroeconómicos como específicos dos bancos, têm tido sobre o crédito malparado, tendo-se, na generalidade, obtido conclusões bem distintas para estes dois tipos de variáveis, sendo que as alterações macroeconómicas tendem a ter um impacto bem mais severo sobre os níveis de crédito malparado, pela forma como influenciam os agentes económicos. Já as alterações verificadas dentro da estrutura dos bancos não costumam ter um impacto tão significativo, mas o efeito destas sobre o crédito malparado tende a ser imediato, como indicado por Louzis et al. (2012). Alterações nas condições macroeconómicas, associadas ao crescimento do PIB, ao desemprego ou à inflação estão fortemente correlacionadas com a probabilidade de retorno do crédito concedido pelos bancos, causando um impacto direto no sistema bancário, na economia e no seu ritmo de recuperação, como argumentam Demirgüç-Kunt e Detragiache (1998) e Llewellyn (2002).

A principal via pela qual qualquer determinante afeta o nível de crédito malparado é através do risco de crédito, ou seja, o risco associado à probabilidade de incumprimento da dívida por parte do devedor. Daí ser também importante analisar o modo pelo qual o ambiente externo ao banco e as suas características específicas afetam este tipo de risco, que posteriormente se repercutirá, quantitativamente, através do crédito malparado.

O risco de crédito é então o risco de o devedor não conseguir liquidar as prestações nas condições inicialmente acordadas e, dessa forma, levar o banco a incorrer perdas. O risco de crédito é, contudo, um risco ao qual todas as instituições bancárias estão sujeitas, dadas as características das operações que estas realizam, competindo assim a cada instituição a realização de uma gestão eficiente, de forma a moderar a exposição a esses riscos para níveis aceitáveis. A eficiência dessa gestão pode ser, no entanto, afetada por diversas razões, das quais se destaca a existência de informação assimétrica, ou seja, a informação que o indivíduo ou empresa devedora fornece ao banco não corresponder à situação real do primeiro. Esta situação é muito comum, pois muitas vezes, o devedor sabe que se apresentar ao banco toda a informação que dispõe, corre o risco de não ver satisfeito o empréstimo que pretende.

Apesar da sua conotação negativa, o risco de crédito acaba por ser necessário para um normal funcionamento do sistema bancário, sendo impossível para qualquer banco abster-se deste risco na realização das suas atividades. Desta forma, o risco de crédito pode ser visto como um mal necessário, no qual se tem que incorrer para que a economia continue a funcionar, dada a necessidade de concessão de crédito, competindo aos bancos a responsabilidade de tomar todas as precauções necessárias, de forma a evitar que o crédito concedido se transforme em crédito vencido.



## **2. Estágio**

A decisão de optar pela realização de um estágio curricular ao longo deste 1º semestre, surgiu, principalmente, pela curiosidade de ver de perto como funciona o mercado de trabalho, e ser peça integrante deste, aliado ao interesse de poder ganhar experiência laboral na área do mercado à qual me tenho dedicado nos últimos anos, com vista a poder aplicar, em situações reais, parte do conhecimento adquirido ao longo do percurso académico.

É de conhecimento geral que o setor bancário desempenha um papel fundamental na evolução da economia, estando a sua sustentabilidade intimamente dependente da performance do setor em causa. A relevância do setor bancário na economia revelou-se como um dos fatores decisivos ao optar por realizar o estágio numa entidade bancária.

A realização do estágio foi inteiramente focada na área de risco e recuperação de crédito, à qual se tem atribuído uma importância cada vez maior após a crise financeira que o país atravessou. Esta área é responsável pela qualidade do crédito concedido aos agentes económicos, sendo encarregue de distribuir, da forma mais eficiente possível, o crédito pela economia, e de proceder à recuperação do mesmo quando essa eficiência na distribuição não se verifica e o crédito vai parar aos ‘bolsos errados’.

### **2.1. Entidade de Acolhimento**

#### **2.1.1. Crédito Agrícola**

O grupo Crédito Agrícola é uma entidade financeira que opera a nível nacional. Este grupo engloba várias entidades, entre as quais a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. (CCCAM), cerca de 80 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas, diversas empresas participadas pela Caixa Central que, de forma direta ou indireta, desempenham serviços auxiliares ao Grupo, e também a Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, F.C.R.L. (FENACAM), sendo esta uma instituição de representação cooperativa que presta serviços especializados ao Grupo, com um total de 656 agências espalhadas por todo o país (Crédito Agrícola, 2018).

A Caixa Central é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa que, em conjunto com as restantes Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas, formam o Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo (SICAM). Dentro deste Grupo, a Caixa Central é vista

como o organismo máximo, cabendo a esta a responsabilidade de fiscalização das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas, intervindo se necessário (Crédito Agrícola, 2018).

A atividade principal do Grupo CA passa pela sustentação das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, sendo estas entidades dinamizadoras das economias locais, com vista ao progresso social e económico da zona. Atualmente, o Grupo CA é um dos principais grupos financeiros do país, contando com mais de 350 mil associados e 1 milhão de clientes (Crédito Agrícola, 2018).

### **2.1.2. História do Grupo CA**

A história do Grupo Crédito Agrícola começou-se a escrever em 1498, altura em que, por iniciativa da Rainha D. Leonor e do Frei Miguel Contreiras, foram criadas as Santas Casas de Misericórdia, tendo sido estas as primeiras instituições a apoiar o desenvolvimento da agricultura, através da concessão de empréstimos aos lavradores. Com o passar do tempo, os meios de produção foram-se então tornando mais acessíveis. Já em 1576, no reinado de D. Sebastião, apareceram os Celeiros Comuns, sendo estes estabelecimentos especializados no crédito de sementes e outros cereais, concedendo aos agricultores os recursos que estes necessitavam, especialmente em anos de colheitas fracas (Crédito Agrícola, 2018).

A proliferação dos Celeiros Comuns pelo país gerou uma dinâmica que levou a que, em 1866 e 1867, fossem publicadas por Andrade Corvo, então Ministro das Obras Públicas, leis com o intuito de formar Instituições de Crédito Agrícola e Industrial, a partir das Casas de Misericórdias e das Confrarias. Por sua vez, a importância dos Celeiros Comuns foi sendo reduzida, à medida que iam aumentando as taxas de juro e a moeda passava a ser utilizada como forma de pagamento, dando-se a extinção destes pouco depois da implantação da República (Crédito Agrícola, 2018).

No dia 1 de Março de 1911, pouco tempo depois da implantação da República, foi então aprovado por Brito Machado o Decreto-Lei, a partir do qual nasce o Crédito Agrícola. Mais tarde, em 1919, ficou então definida por lei a atividade das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo. No entanto, apesar do desenvolvimento verificado pelas CCAM durante os períodos seguintes, a crise bancária e económica vivida em Portugal afetou severamente o ritmo de evolução destas, o que fez com que estas passassem para a tutela da Caixa Geral de Depósitos (CGD). Contudo, a transformação do sistema político que se viveu após a Revolução de 25



de Abril de 1974 levou a que as Caixas existentes na altura criassem um movimento, com o intuito de ganharem autonomia e de expandirem a sua atividade, à luz do modelo de desenvolvimento do crédito agrícola mútuo, que já se ia verificando no resto da Europa (Crédito Agrícola, 2018).

Mais tarde, este movimento levou a que, em 1978, fosse criada a Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM), que tinha como missão o apoio ao crescimento sustentado do Crédito Agrícola, e a representação deste a nível nacional e internacional. Já em 1982, as CCAM deixaram de estar sob a tutela da Caixa Geral de Depósitos, originando assim uma expansão significativa destas no período que se seguiu, expansão essa motivada, em especial, pela criação da Caixa Central, cuja função passava pela supervisão, orientação e acompanhamento das atividades de crédito de todas as CCAM suas associadas, e mais tarde do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM), ao qual competia a garantia de solvabilidade de todas as CCAM (Crédito Agrícola, 2018).

No início de 1991 o processo de adaptação do Crédito Agrícola conduz a um novo regime jurídico, ao qual está associado a adoção de um novo modelo de organização mais eficiente denominado Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), sendo este um grupo formado pela Caixa Central e pelas CCAM associadas, no qual a Caixa Central assume o papel de líder no que toca à orientação, fiscalização e representação financeira do SICAM. Já em 1994, o Grupo CA começou a apostar na diversificação dos seus serviços, o que levou ao aparecimento de novas empresas associadas ao grupo. Especializou-se na gestão de fundos de investimento mobiliário (CA Gest) e na área dos seguros (CA Seguros), e mais tarde, apareceram também a CA Vida, a CA Consult, direcionada para a área de assessoria financeira, e a CA Serviços, sendo esta última responsável pela máxima eficiência na prestação de serviço do grupo (Crédito Agrícola, 2018).

Nos anos mais recentes, o Crédito Agrícola foi-se destacando na atividade financeira do país, com o aparecimento de uma plataforma informática única para a Caixa Central e todas as CCAM associadas, que a par da vasta oferta de produtos e serviços adequada às necessidades dos clientes, e dos diversificados canais de distribuição, potenciou o aumento da representatividade do grupo num setor bancário cada vez mais competitivo e a afirmação deste no mercado como um ‘banco completo’.

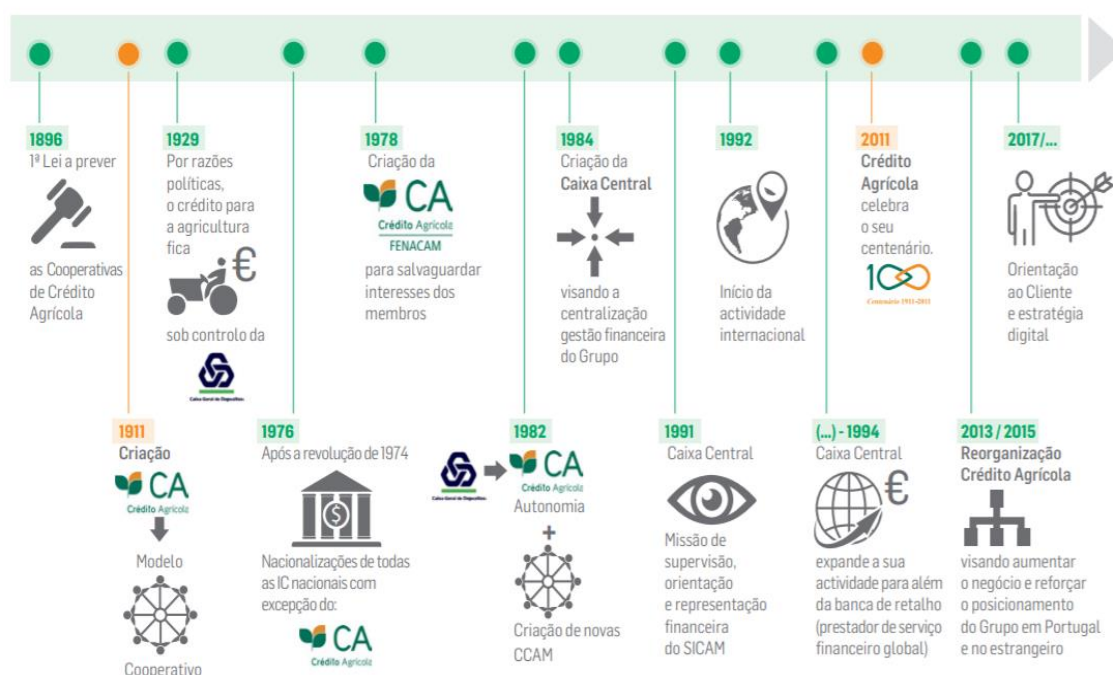


Figura 2.1. Evolução Histórica do Crédito Agrícola. Fonte: Crédito Agrícola, 2018.

### 2.1.3. Enquadramento do Crédito Agrícola no setor bancário

O Crédito Agrícola é, atualmente, uma das principais entidades financeiras a atuar no sistema bancário em Portugal. No final de 2017, o ativo consolidado deste grupo ascendia a cerca de 18 mil milhões de euros (APB, 2018).

Ao longo da sua evolução mais recente, o CA tem vindo a promover a fusão de algumas das suas CCAM associadas, com vista a atingir uma dimensão ótima em termos de estrutura organizativa e de capital, de forma a melhor atuar sobre cada mercado local (Crédito Agrícola, 2018). Atualmente, são 80 as CCAM associadas, sendo que, em média, cada uma tem 8 agências. Esta estrutura faz do CA uma das entidades com uma maior rede de agências a operar no mercado português em 2018, totalizando 659 o total de agências que o CA tem espalhadas pelo país ao dispor dos seus clientes (Crédito Agrícola, 2018).

No final de 2017, o CA reforçou a sua posição no setor bancário português, ao ver a sua crescente evolução da quota de mercado atingir os 4,8%, face ao ativo total de todos os bancos pertencentes à Associação Portuguesa de Bancos (APB). No que toca à evolução mais recente relativa à realização de depósitos e à concessão de crédito em Portugal, é também visível a importância que o CA tem ganho no setor. A evolução nos empréstimos efetuados tem-se dado de forma acelerada, na medida em que o declínio do crédito concedido no setor vai acompanhado o crescimento do crédito concedido pelo CA, cuja quota já se fixava no 5,1% em meados de 2018. Já a evolução que se verificou nos depósitos tem acompanhado a tendência da maioria dos bancos do sistema, dentro do qual o CA representa, também para Junho de 2018, uma quota de 7,2%. Nota para o facto de que, tanto a procura como a oferta de crédito do CA são maioritariamente feitas por clientes da zona mais rural do país, indo assim de encontro com os objetivos de interioridade do grupo CA, ao apoiar locais economicamente mais desfavorecidos e com menor densidade populacional.

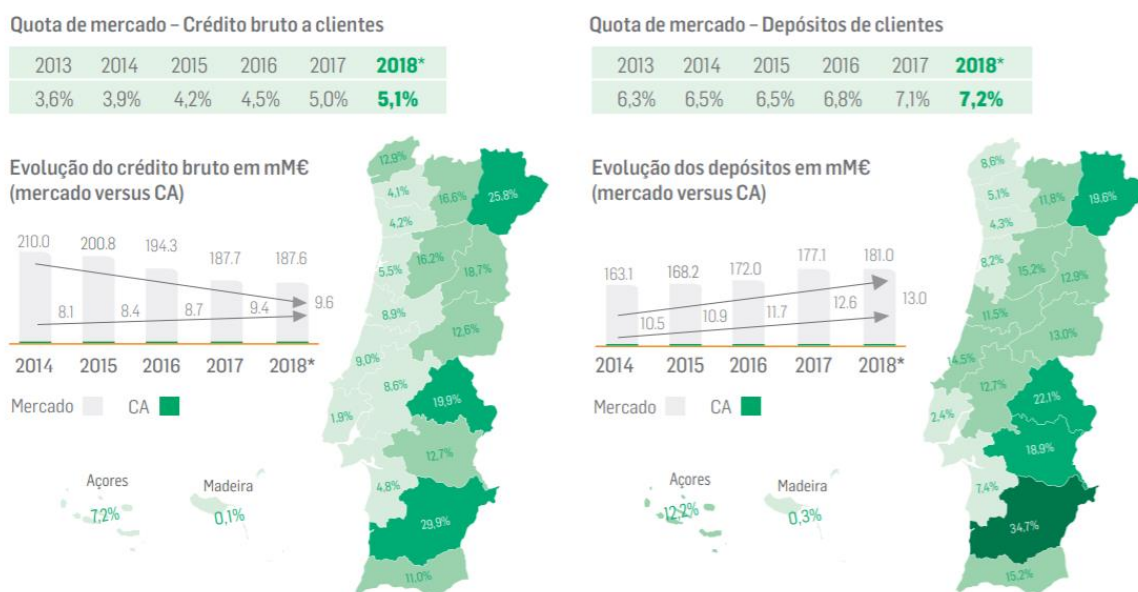


Figura 2.2. Evolução da Percentagem do Crédito Concedido e dos Depósitos Efetuados entre 2013 e Meados de 2018 em Portugal, e Respetiva Dispersão pelo País. Fonte: Crédito Agrícola, 2018.

#### **2.1.4. A CCAM de Coimbra – Apresentação e Contexto Histórico**

A CCAM Coimbra nasceu no dia 23 de Fevereiro de 1950, fruto das necessidades de crédito a que estavam sujeitos os agricultores do Baixo Mondego, com vista a poder continuar a desempenhar as suas atividades. Esta CCAM, cujo objetivo passava pelo apoio ao setor agrícola na zona de Coimbra, foi crescendo logo após o início da sua atividade, crescimento esse que levou a CCAM Coimbra à expansão da sua atividade através da inauguração de vários balcões. Atualmente, a CCAM Coimbra conta com 9 balcões associados, tendo a sua sede localizada em Coimbra (3030), e os restantes balcões distribuídos por Taveiro (3031), São Silvestre (3032), Miranda do Corvo (3033), Nogueiras (3034), Adémia (3035), Antanhol (3036), Almalaguês (3037) e Souselas (3038)<sup>1</sup>.

Durante o período mais recente, a situação da CCAM Coimbra foi vivida de forma algo turbulenta. Algumas práticas de gestão menos corretas nas operações de concessão de crédito, ao longo do ano de 2012, que levaram a um aumento excessivo do crédito malparado, geraram perdas a rondar os 9 milhões de euros, e levaram esta a ser intervencionada pela Caixa Central. Esta intervenção condicionou, de forma severa, a atividade da CCAM Coimbra, especialmente em relação à autonomia desta, que atualmente necessita de autorização da Caixa Central para a realização de várias operações, e para a transação de montantes mais avultados.

No entanto, a imagem positiva da CCAM Coimbra foi sendo recuperada gradualmente, à medida que esta ia atingindo resultados económicos positivos. Contudo, esta recuperação foi apenas concretizada devido ao apoio do FGCAM, através da concessão de um empréstimo subordinado de 13 milhões de euros.

Relativamente aos relatórios de contas que a CCAM Coimbra foi apresentando após este período de maior instabilidade, estes vêm confirmando, quantitativamente, a recuperação desta Caixa. Têm sido verificadas constantes taxas de crescimento no ativo bruto, que no final de 2017 ascendeu a 185 milhões de euros, dos quais 99 milhões correspondem à parcela de crédito concedido aos clientes, que também tem vindo a crescer de forma considerável, especialmente nos últimos anos. Já o rácio de crédito malparado continua alto (14,9% em 2017), apesar de o crédito vencido ter diminuído na maioria do período que decorreu desde a intervenção.

---

<sup>1</sup> Os números estão associados a códigos de localização das agências, para uma melhor organização do grupo.

	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2017
Total do Ativo Bruto	144.637.488,00€	161.953.219,00€	174.566.701,00€	185.155.474,00€
Crédito Total	80.563.965,00€	89.974.260,00€	94.474.686,00€	99.021.097,00€
Crédito Vencido	22.101.993,00€	20.180.189,00€	12.326.825,00€	14.791.481,00€
Crédito Malparado (Crédito Vencido / Crédito Total)	27,43%	22,43%	13,05%	14,94%
Depósitos Totais	99.072.283,00€	105.450.508,00€	111.824.114,00€	119.979.473,00€
Rácio de Transformação (Crédito Total / Depósito Totais)	81,32%	85,32%	84,49%	82,53%
Margem Financeira	3.094.031,00€	3.415.597,00€	3.328.180,00€	2.930.186,00€
Produto Bancário	4.126.081,00€	5.034.832,00€	4.980.033,00€	4.287.923,00€

Quadro 2.1. Evolução de Alguns Indicadores Relativos aos Balanços e Demonstrações de Resultados da CCAM Coimbra (2014-2017). Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios de Contas da CCAM Coimbra.

## 2.2. Tarefas Desenvolvidas no Estágio

O estágio curricular foi realizado na sede da CCAM de Coimbra, durante o período de 10 de Setembro de 2018 a 4 de Janeiro de 2019. A CCAM de Coimbra tem a sua organização dividida por diversas áreas, das quais se destacam a área administrativa, a área comercial, a área das atividades de suporte e por fim, a área de risco e recuperação de crédito, tendo sido nesta última área, e mais concretamente no departamento de recuperação de crédito que desempenhei as minhas funções de estagiário.

Dentro da estrutura de qualquer banco, cabe à área de risco analisar, após devida averiguação dos documentos necessários, as propostas de crédito efetuadas pelos clientes, para, mais tarde, emitir um parecer favorável ou não favorável à concessão deste empréstimo. Contudo, quando este departamento avalia de forma incorreta a situação do cliente, ou quando a situação deste se altera após a concessão do empréstimo, uma parcela considerável desse crédito passa a ser considerada como ‘crédito vencido’ no balanço do banco. Compete, então, ao departamento de recuperação de crédito, a responsabilidade de agir, de forma a fazer os possíveis para a entidade reaver esse crédito, e os respetivos juros.

Ao longo do estágio, fui desempenhando várias tarefas dentro deste departamento, entre as quais, a preparação de documentação para os advogados, a elaboração de processos para contencioso, o tratamento das penhoras, o auxílio em processos de recuperação extrajudicial, a realização de cartas de insolvência, a manutenção do arquivo e a elaboração de cartas diversas. Algumas das tarefas que me competiam tinham que ser realizadas muito frequentemente, já outras eram realizadas de acordo com a necessidade, ou consistiam até em auxiliar colegas de trabalho em outras áreas.

Numa fase inicial do estágio, as principais tarefas que me competiam consistiam principalmente no controlo dos PERSI (Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento), no envio da correspondência associada aos avisos de incumprimento dos clientes, no pagamento e envio dos respetivos comprovativos para a área de suporte, no tratamento das penhoras, no acompanhamento das contas dos clientes em situação de incumprimento e na gestão do arquivo. À medida que o tempo ia avançando, foi sendo necessário o acompanhamento das situações referidas, fazendo com que a realização destas tarefas se tornasse muito frequente até ao fim do estágio.

### **2.2.1. Controlo dos PERSI**

Todos os dias era necessário consultar a mais recente lista de processos no SIBAL<sup>2</sup>, que era atualizada várias vezes ao dia, e na qual era apresentada a lista de PARI<sup>3</sup> e de PERSI<sup>4</sup> com os respetivos clientes. Enquanto que os PARI não representavam grande preocupação, por serem vistos como uma forma de prevenção da entrada do cliente em incumprimento, era necessário agir na presença de PERSI, com vista a corrigir estas situações.

Sempre que havia a integração de um PERSI no sistema, tinha que alertar os meus superiores que, após devida análise da situação financeira do cliente, propunham uma nova proposta de regularização do crédito. Posteriormente, competia-me avisar o cliente da situação, através do envio de uma carta. Mais tarde, caso o banco não chegasse a acordo com o cliente, ou caso este declarasse insolvência, dava-se a extinção do PERSI. Sempre que um PERSI era dado como extinto, este aparecia novamente no SIBAL, e tinha que alertar novamente os meus superiores, de forma a que estes pudessem colocar o processo do cliente

---

<sup>2</sup> O SIBAL é um sistema integrado que engloba todos os balcões CA.

<sup>3</sup> Planos de Ação para o Risco de Incumprimento, associados a clientes que ainda não têm os seus contratos bancários em situação de incumprimento

<sup>4</sup> Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento, associados aos clientes que já se encontram entre o 31º e o 60º dia após terem entrado em incumprimento

em tribunal, de forma a ver a situação deste regularizada, e voltava também a avisar o cliente da extinção do PERSI, através de uma carta.

### **2.2.2. Avisos de Incumprimento**

Outra tarefa que também tinha que ser feita com muita frequência passava pelo acompanhamento das contas dos clientes em situação de incumprimento através do CAIS<sup>5</sup>, de forma a controlar as movimentações que eram feitas nas contas destes, e a alertar os responsáveis da minha área sempre que estas tivessem saldo que pudesse ser deduzido às dívidas dos respetivos clientes. Sempre que isso acontecia, o banco servia-se desse saldo para liquidar a totalidade ou parte das prestações em atraso do cliente, de forma a regularizar a situação financeira deste. Parte da necessidade do acompanhamento das contas destes clientes, passava também pelo controlo do período de incumprimento destes, pois era necessário notificar estes clientes, sob a forma de uma carta de aviso de incumprimento, sempre que este atingisse os 90 ou os 150 dias.

Todas as tarefas que realizava no CAIS eram meramente de acompanhamento, pois o meu utilizador estava associado a uma sessão de estagiário, à qual não era permitido efetuar alterações.

### **2.2.3. Pagamentos**

Muito frequentemente, era também necessário ir regularizando o controlo de pagamentos relacionados com prestações de serviços feitos em prol da área de recuperação de crédito do banco e diretamente ligados aos processos dos clientes em situações de incumprimento, tais como o pagamento de provisões aos agentes de execução ou das custas aos advogados. Esse tipo de pagamentos tinha de ir sendo efetuado à medida que as faturas eram apresentadas, e estas tinham que ser digitalizadas com os respetivos comprovativos de pagamento, e posteriormente enviadas para a área de suporte, de forma a manter regularizado o ponto de situação dos processos em causa.

---

<sup>5</sup> O CAIS é um sistema informático que reúne informação acerca das contas de todos os clientes do banco CA.

#### **2.2.4. Correspondência**

A quase todas estas tarefas estava associada a necessidade de emitir correspondência, sendo esta uma tarefa que, dentro do departamento, me competia inteiramente a mim. Contudo, a grande maioria das cartas estavam já pré-escritas e organizadas nas respetivas pastas consoante o assunto ao qual se referiam. Esta responsabilidade de emissão e de organização da correspondência era diária e, dependendo da operação realizada, era preenchida a carta já previamente organizada com os dados pessoais e alguns dados bancários relevantes do mutuário em questão e dos fiadores ou avalistas associados. Antes de terminar, era necessário inserir informação relativa à carta num ficheiro partilhado por todos os colaboradores da CCAM Coimbra para que esta fosse registada com um número de referência.

Após preparada cada carta e preenchido o respetivo comprovativo de envio e aviso de receção, estas eram levadas ao coordenador da área de risco ou à administração provisória, dependendo da importância da situação, para serem revistas e assinadas. Mais tarde, era feita uma digitalização da carta para ser inserida no sistema, e eram impressas 2 cópias, sendo uma arquivada no processo do cliente e a outra entregue à área de suporte. Após este processo, a carta era selada e entregue a um dos colaboradores do banco que ficava encarregue de, na manhã do dia útil seguinte, levar toda a correspondência aos CTT, altura em que trazia o comprovativo de envio para ser também arquivado no processo do cliente, tal como o aviso de receção, dias mais tarde.

#### **2.2.5. Tratamento das Penhoras**

O tratamento das penhoras é também uma tarefa que tem de ser realizada com muita frequência. Quase todos os dias novas penhoras são lançadas, ou penhoras já existentes vêm o seu estado alterado, levando o banco à necessidade de inserir ou atualizar as penhoras no sistema sempre que necessário, ou até proceder à sua extinção sempre que se verifique o cancelamento ou o levantamento desta. Dentro deste processo, competia-me apenas o registo e a organização de todas as penhoras, tendo em conta a entidade responsável<sup>6</sup> pelo seu lançamento, o estado desta, e o mutuário ao qual esta estava associada.

---

<sup>6</sup> Ao longo deste estágio, o lançamento das penhoras ficou sempre ao cargo da Segurança Social ou da Autoridade Tributária.



### **2.2.6. Gestão de Arquivo**

Por fim, a tarefa na qual despendia mais tempo durante esta fase inicial do estágio consistia na manutenção do arquivo. Ao longo de todo o estágio, a área de risco do banco encontrava-se numa fase de transformação na gestão do seu arquivo, com vista a um acesso mais facilitado aos processos dos clientes. Havia a necessidade de ir digitalizando todos os conteúdos relevantes dos processos dos clientes, tais como informações pessoais, contratos realizados, certidões permanentes ou correspondência enviada. Todo este conteúdo digitalizado era mais tarde inserido e organizado no Jvris<sup>7</sup>, de acordo com o titular responsável pelo processo em causa, o tipo de processo, o tipo de documento digitalizado e a data de emissão do documento. Este processo permitia o acesso de forma simplificada, por parte de todos os colaboradores da CCAM, aos vários documentos que iam sendo necessários ao seu trabalho.

Com o decorrer do estágio ia permanecendo a necessidade de realizar com frequência as tarefas referidas, ao mesmo tempo que me iam sendo incumbidas outras tarefas de carácter mais esporádico. A elaboração de processos para contencioso, a realização de contratos de aditamentos ou de cartas de insolvência, a preparação de documentação para os advogados, a elaboração de mapas de previsão de recuperação e a organização e atualização da situação de incumprimento dos clientes foram algumas das tarefas que fui realizando durante o período de estágio.

### **2.2.7. Processos para Contencioso**

A elaboração de processos para contencioso começou a tornar-se um pouco comum durante as últimas semanas de estágio. Esta tarefa consistia na preparação de toda a documentação relevante para a colocação do processo do cliente em estado de contencioso. Parte dessa documentação consistia em relatórios da situação financeira dos clientes, em correspondência enviada relativa aos avisos de incumprimento e em contratos celebrados entre os clientes e o banco, que constavam já no processo do cliente. Era também necessária a preparação de alguma documentação imprescindível para a realização do procedimento. Era sempre precisa a realização de uma simulação da liquidação da dívida do mutuário para determinar os encargos correspondentes aos empréstimos, aos juros remuneratórios e aos juros de mora. Se solicitado, era também preciso dirigir-me à C.R.P. (Conservatória do

---

<sup>7</sup> Plataforma digital utilizada pelo banco para armazenar e gerir todo o tipo de informação relativa aos seus clientes.

Registo Predial de Coimbra), a fim de obter as versões mais atualizadas das certidões prediais permanentes que constassem já no processo do cliente.

Por fim, era indispensável o preenchimento de uma folha de cálculo no Excel já predefinida, chamada de FMR<sup>8</sup>, onde tinham de ser apresentadas algumas informações pessoais acerca do mutuário e respetivos avalistas ou fiadores, e também todos os valores respetivos a montantes, prazos e taxas do empréstimo em incumprimento. No final do preenchimento da FMR, todos os resultados tinham que coincidir com os verificados na simulação de liquidação de dívida, a fim de confirmar que a primeira tinha ficado bem preenchida. Em algumas situações era também necessária a elaboração de documentos adicionais, caso tal fosse requerido pelos advogados do banco.

Após devidamente preparada, toda esta documentação era enviada para o advogado responsável pelo cliente em causa, de forma a que este procedesse à ação de colocar o processo em contencioso ou de dar entrada do processo em tribunal.

#### **2.2.8. Contratos de Aditamento**

Com alguma frequência, alguns clientes do banco reuniam-se com a administração ou com o coordenador da área de risco com o intuito de fazer alterações ou adicionar cláusulas a um contrato já previamente celebrado entre as partes. Quando havia acordo entre o banco e os clientes, verificava-se então a necessidade da realização de um contrato de aditamento. A elaboração deste contrato era uma tarefa que me competia, após os meus superiores me deixarem a par das alterações a efetuar e me darem ordem para dar início à execução deste. Para a elaboração deste tipo de contratos, apenas precisava de me guiar por documentos já preparados para a situação e editar somente as cláusulas respetivas aos termos acordados entre as partes na reunião. Na realização do contrato são inseridas algumas informações relativas ao banco e ao cliente em causa, e depois são acrescentadas todas as alterações acordadas, tais como as condições inicialmente estipuladas, aquando da celebração do contrato. Depois de aprovado pela administração e assinado por todos os integrantes no acordo, o contrato de aditamento estava completo, e as suas cláusulas eram colocadas em prática.

---

<sup>8</sup> FMR é a sigla representativa de Mapa de Previsão de Recuperação de Crédito, e corresponde ao documento onde são apresentadas várias informações sobre um determinado empréstimo do cliente.

### **2.2.9. Cartas de Insolvência**

Muitos clientes vêm a sua situação financeira alterada ao longo do tempo, o que por vezes os impede de cumprir as condições inicialmente acordadas no momento da realização do empréstimo. Quando esta situação se verifica, e o mutuário começa a falhar com frequência as prestações que se comprometeu a pagar, o banco declara este como insolvente, ou seja, incapaz de cumprir com o pagamento das suas obrigações. Nesse processo de insolvência, compete ao banco requerer o pedido da mesma, de forma a reaver esse montante de crédito concedido. Dentro da área de risco do banco, ficava à responsabilidade dos meus superiores fazer esse pedido, e ficava a meu cargo o envio da carta de aviso de insolvência ao cliente, onde apresentava o devido aviso, acompanhado do número da conta bancária à qual estava associada a insolvência, e a informação relativa às contas à ordem, aos empréstimos e aos títulos de capital dessa conta. Após a elaboração da carta, bastava levar a assinar e proceder ao processo normal de envio da correspondência já mencionado.

### **2.2.10. Informação acerca da Situação dos Clientes**

Casualmente, era solicitado ao coordenador da área de risco e recuperação de crédito, por parte de entidades externas, que apresentasse determinada documentação, como forma de acompanhar o ponto de situação de alguns clientes. Quando esta situação ocorria, ficava a meu cargo a recolha de todos os processos integrantes na lista, e o auxílio na organização e na recolha e digitalização de todos os documentos pretendidos. Dentro da lista dos documentos mais comuns relativos a cada cliente constavam as versões mais atualizadas das certidões permanentes associadas ao processo em causa, que podia obter na Conservatória do Registo Predial de Coimbra, todos os contratos já celebrados entre o banco e o cliente em causa e a declaração correspondente à proposta de votação, favorável ou não, do PER<sup>9</sup>.

Outra tarefa relativa ao ponto de situação dos clientes do banco, corresponde à atualização do estado destes, e foi realizada apenas por uma vez no fim do período de estágio. Para isso, foi necessária uma análise dos processos dos clientes em situação de incumprimento, e das ocorrências a que estes estiveram ligados durante o período mais recente, de forma a averiguar o estado do processo em causa, comparativamente com o estado do mesmo no fim do ano anterior. Após devida análise, era apenas necessário indicar,

---

<sup>9</sup> A sigla PER refere-se a um processo especial de revitalização, que permite ao devedor, que se encontre em situação de insolvência ou em situação económica difícil, estabelecer negociações com o banco.

numa folha de Excel onde já constavam todos os clientes e respetivos processos, se o estado destes permanecia inalterado ou se tinha sido extinto, e adicionar à lista todos os novos processos que foram criados no intervalo entre as datas.

Além das funções que desempenhei como estagiário na área de recuperação de crédito do banco, ainda auxiliei na análise de relatórios das empresas feita pela área de risco, com o intuito de compreender o modo de funcionamento do processo de concessão de crédito, e quais os requisitos a cumprir por parte do mutuário para que o seu pedido lhe seja satisfeito. Fora da área de risco e recuperação de crédito, e de acordo com a minha disponibilidade, auxiliei, regularmente, vários colaboradores de outras áreas na execução de tarefas diversas.

Ao longo do período de estágio fui-me deparando com várias situações em que me foi permitido colocar em prática alguns dos conhecimentos adquiridos ao longo do meu percurso académico na faculdade. Principalmente as competências mais específicas da área financeira, adquiridas nas unidades curriculares de EMF<sup>10</sup>, EB<sup>11</sup>, EISF<sup>12</sup> ou EFR<sup>13</sup>, vieram a revelar-se muito importantes num plano geral, pois permitiram-me uma melhor perceção acerca da atividade bancária, do sistema financeiro e do seu funcionamento, nomeadamente no que toca à concessão de crédito e riscos associados. Alguns dos conteúdos abordados na área da contabilidade também foram relevantes para uma melhor compreensão dos vários conceitos ligados à informação financeira, e acabaram por se revelar úteis nas análises de relatórios de empresas e de outras entidades. Até unidades curriculares ligadas à informática também demonstraram a sua utilidade, através dos vários conhecimentos de Excel que, com muita frequência, havia a necessidade de aplicar nas mais diversas situações. Num cômputo geral, uma grande parte dos conhecimentos e aprendizagens adquiridas ao longo do meu percurso académico mais recente acabaram por se revelar muito importantes e úteis para esta primeira experiência de trabalho, na medida em que, tanto as temáticas que abordei ao longo da licenciatura, como a área em que me especializei no mestrado estão intimamente ligadas ao estágio que realizei.

---

<sup>10</sup> EMF – Economia Monetária e Financeira

<sup>11</sup> EB – Economia Bancária

<sup>12</sup> EISF – Economia das Instituições e dos Sistemas Financeiros

<sup>13</sup> EFR – Economia Financeira e do Risco

### **2.2.11. Balanço do Estágio**

A nível geral, considero que este estágio se revelou uma experiência bastante enriquecedora, que permitiu uma melhor compreensão do modo como funciona o setor bancário e do quão importante é o papel que este desempenha na sociedade. Além disto, este estágio representou a minha primeira experiência profissional e a minha inserção no mercado de trabalho.

Foi muito interessante ter realizado este estágio numa instituição tão dinâmica e abrangente como o Crédito Agrícola, e numa área tão preponderante, por onde passa a principal atividade do setor bancário. As tarefas que desempenhei, dentro e fora da minha área, acabaram por se revelar importantes, no sentido em que me permitiram compreender a forma como se interligam todos os departamentos e as suas funções, bem como o seu contributo para o bom desempenho da CCAM de Coimbra. A nível pessoal, considero esta experiência uma mais valia pelo conhecimento que me proporcionou, pelas competências que me permitiu adquirir, e pelos valores que desenvolvi durante este percurso, associados ao sentido de responsabilidade e a um espírito cooperativo, com vista à prossecução dos objetivos do grupo.



### **3. Revisão da Literatura**

Ter em conta as determinantes que influenciam o crédito malparado tem-se tornado um assunto cada vez mais relevante, devido às evidências do impacto que este rácio tem sobre a solidez das instituições de crédito do sistema bancário e, conseqüentemente, sobre a economia portuguesa.

#### **3.1. Conceito de Crédito Malparado**

Do ponto de vista bancário, o crédito torna-se malparado quando se verificam prestações (capital ou juros) vencidas há 90 dias ou mais, ou até mesmo antes, quando há claras evidências que indicam que as condições do empréstimo não serão cumpridas como acordado inicialmente, podendo a definição variar dependendo do tipo de empréstimo (FMI, 2016).

Os atuais altos níveis do crédito malparado, também conhecido como crédito de cobrança duvidosa, têm exercido muita pressão sobre os balanços dos bancos, afetando a capacidade destes em realizar operações de concessão de crédito. Apesar do aumento do crédito malparado não ser visto como um desestabilizador imediato da economia, este poderá pôr em causa os níveis de rentabilidade do setor bancário. Devido à crescente preocupação que as entidades de crédito têm tido com este tipo de empréstimos, este indicador tem-se vindo a tornar um tema de investigação cada vez mais relevante nas últimas décadas, tendo-se multiplicado os estudos que se debruçam sobre esta matéria, de forma a melhor compreender e controlar este tipo de crédito, e os seus impactos sobre a economia em geral.

#### **3.2. Determinantes do Crédito Malparado**

Foram já algumas as investigações realizadas no âmbito deste tema, as quais salientam serem quatro as razões que afetam, de forma agregada, o nível de crédito malparado nos bancos. Este grupo é composto por fatores ligados à atividade bancária, fatores respeitantes ao sistema bancário em geral, fatores relacionados com os clientes, e fatores ligados ao ambiente macroeconómico no qual o banco está inserido. O presente estudo foca a análise das principais determinantes associadas a indicadores macroeconómicos e a indicadores específicos dos bancos.

Estudos mais focados no ambiente macroeconómico, como o de Rinaldi e Sanchis-Arellano (2006) têm vindo a confirmar o forte impacto que as variáveis macroeconómicas,

que afetam a capacidade dos mutuários em cumprir com as suas obrigações, têm sobre a qualidade do crédito.

Já alguns estudos mais focados na gestão dentro dos bancos, especialmente as contribuições de Berger e DeYoung (1997), têm-se dedicado à análise dos efeitos de indicadores de eficiência sobre a qualidade dos empréstimos.

### **3.2.1. Determinantes Macroeconómicos**

No que toca às determinantes relacionadas com o ambiente macroeconómico, foram diversos os trabalhos que se dedicaram a examinar a relação que este tipo de variáveis tem com a qualidade dos empréstimos, tendo estes dado ênfase ao facto de uma fase expansionista da economia ser geralmente caracterizada por níveis relativamente baixos de crédito malparado, visto que os agentes económicos auferem um fluxo de rendimentos suficientes para cumprir as suas obrigações. Entretanto, à medida que este período expansionista permanece, parte do crédito concedido pelos bancos estende-se para devedores de baixa qualidade, o que, subseqüentemente, leva a economia para uma fase de recessão, originando níveis mais elevados de crédito malparado.

Este processo justifica a condição de estabilidade macroeconómica como determinante fundamental para o desenvolvimento do sistema bancário (Carey, 1998). Variáveis macroeconómicas, como o crescimento do produto interno bruto (PIB), a taxa de desemprego da economia, as taxas de juro ou o rácio da dívida pública no PIB são fundamentais para caracterizar as condições gerais nas quais os bancos atuam. Louzis et al. (2012) dedicaram-se a uma investigação ainda mais específica, ao desagregar o crédito concedido pelos bancos, mostrando não só que o efeito das alterações macroeconómicas sobre a qualidade do crédito é relevante, como também depende da categoria de empréstimo em que incidem. Os resultados que obtiveram no seu estudo permitiu-lhes concluir que os empréstimos ao consumo são os mais sensíveis a alterações nas taxas de juro, que o crédito comercial é o mais sensível a variações no crescimento do PIB e que as hipotecas são o tipo de crédito que é menos influenciado pelas alterações macroeconómicas em geral.

Uma das principais variáveis macroeconómicas a ter em conta é o crescimento do PIB, sendo este visto como um indicador de crescimento económico de um país e, estima-se que esta variável, intimamente ligada ao desenvolvimento do sistema financeiro, afete



negativamente o rácio de crédito vencido dos bancos. A relação negativa entre estas duas variáveis é naturalmente justificada por Salas e Saurina (2002), pelo facto de que períodos de crescimento favorável do PIB são geralmente acompanhados por acréscimos no rendimento que se traduzem na melhoria da capacidade de cumprimento das dívidas por parte dos devedores, reduzindo assim a parcela dos créditos vencidos no crédito total (ver também Rajan e Dhal, 2003; Fofack, 2005; Jimenez e Saurina, 2005). Em contrapartida, períodos de recessão ou de desaceleração da economia são usualmente acompanhados por aumentos dos níveis de crédito malparado.

Outro indicador importante é a taxa de desemprego da economia. Quanto a esta variável, é esperado por Louzis et al. (2012) que esteja positivamente correlacionada com o montante de crédito vencido, pois os agentes que se encontram nessa situação acabam por enfrentar maiores dificuldades no cumprimento das suas obrigações, por estarem sujeitos a rendimentos mais baixos, o que é concluído na generalidade das investigações (ver também Nkusu, 2011; Klein, 2013; Berge e Boye, 2007; Rinaldi e Sanchis-Arellano, 2006). Grande parte destes estudos entende também esta correlação como sendo forte, pela forma como o impacto desta variável torna vulnerável a situação financeira dos devedores particulares.

Já a taxa de juro dos empréstimos é outro indicador frequentemente utilizado neste tipo de investigações, sendo este considerado como uma remuneração para a entidade bancária pelo serviço prestado. Esta taxa depende de algumas características do empréstimo, tais como o montante, a maturidade, ou o nível de risco ao qual o cliente está associado. Espera-se uma relação positiva entre a esta variável e o nível de crédito malparado, visto o acréscimo desta implicar um aumento da quantia a pagar pelos mutuários, limitando assim a probabilidade de estes cumprirem com as suas responsabilidades, embora se preveja que o impacto desta variável sobre a qualidade do crédito não seja muito significativo. É ainda destacado o facto de a taxa de juro ter um maior impacto sobre a qualidade do crédito quando esta é variável, pois quando o banco atualiza as suas taxas, e estas aumentam, os mutuários vêm o serviço da sua dívida acrescido (Nkusu, 2011).

Outro indicador relevante a ter em conta é a taxa de inflação, sendo a relação entre esta e o crédito malparado algo ambígua, pois se, por um lado, uma inflação mais elevada torna mais fácil o pagamento da dívida, por outro lado, essa taxa reduz também o poder de compra associado aos rendimentos do mutuário, sendo este último efeito mais significativo, segundo Klein (2013) e Rinaldi e Sanchis-Arellano (2006), que argumentam que a taxa de

inflação e o rácio de crédito malparado estão positivamente correlacionados. Contudo, no presente relatório, a taxa de inflação será já tida em conta no indicador referente à taxa de juro, cujos dados foram obtidos em valores reais, ou seja, englobam valores para a taxa de juro já deflacionados pelas taxas de inflação verificadas nos períodos correspondentes.

A dívida pública do país é também um parâmetro a ter em conta quando se fala do crédito malparado, especialmente em situações de pós-crise, como a vivida em Portugal para o período em análise. Apesar de serem limitados os estudos que confrontam este indicador com o rácio de crédito vencido na economia, estes chegam à conclusão de que a relação entre estas duas variáveis é positiva, e que a qualidade do crédito é sempre prejudicada em situações de endividamento elevado, como apontam Louzis et al. (2012) e Reinhart e Rogoff (2011).

Os recentes acontecimentos que culminaram na crise financeira na Grécia, que a par de Portugal também vivenciou uma situação fiscal frágil, afetaram o desempenho do sistema bancário através de dois canais (Louzis et al., 2012). Por um lado, a deterioração das finanças públicas, motivada pela crise da dívida soberana, afetou a credibilidade dos bancos, que se viram forçados a apresentar liquidez, implicando cortes na concessão de crédito aos clientes que, sem meios para o refinanciamento dos seus investimentos, se viram impossibilitados de continuar a cumprir com as suas obrigações (Reinhart e Rogoff, 2011). Por outro lado, o crescimento da dívida pública leva à necessidade de tomada de medidas, que passam pelo aumento dos impostos de forma a financiar as despesas governamentais e atingir novo equilíbrio na balança orçamental, aumento este que afeta os rendimentos líquidos e leva também à conclusão de que a dívida pública contribui para o aumento do crédito vencido.

### **3.2.2. Determinantes Específicos dos Bancos**

Os indicadores relativos ao crédito vencido não são exclusivamente influenciados pelo ambiente macroeconómico, cujas variáveis são exógenas ao sistema bancário, tendo também variáveis internas aos bancos um papel importante neste domínio. Variáveis estas que afetam cada banco de forma distinta, e que podem ser manipuladas pelos esforços da gestão bancária realizada dentro dos bancos, com o intuito de obter melhores níveis de eficiência. Foram já vários os autores que investigaram quais as variáveis, influenciadas pelos gestores dos bancos, que afetam a qualidade do crédito, das quais se têm destacado a

rentabilidade dos ativos do banco (ROA), a eficiência bancária, o tamanho do banco medido pelo total do ativo, o crescimento do crédito e a capitalização do banco.

Quanto à rentabilidade dos bancos, esta é medida pela rentabilidade dos ativos ou *'Return on Assets'* (ROA) e é um indicador que está intimamente ligado ao comportamento de risco dos bancos, podendo afetar de forma contínua a qualidade do crédito concedido por estes. Por um lado, bons resultados operacionais, podem refletir um bom desempenho por parte do banco nas suas operações, podendo assim dar indícios de continuidade desse comportamento nos períodos seguintes, levando a qualidade dos empréstimos concedidos a ser positivamente influenciada pela performance mais recente do banco (Klein, 2013). Mas, por outro lado, um bom resultado operacional num período pode levar a um descuido por parte da gestão do banco, levando estes a envolverem-se em atividades mais arriscadas, comprometendo a qualidade dos empréstimos nos períodos seguintes, como argumentam Louzis et al. (2012).

Os estudos mais recentes acerca deste indicador, têm-no relacionado negativamente com o crédito malparado, pois considera-se que os bancos mais lucrativos acabam por ter menos incentivos a associar-se a atividades de alto risco. Assim, defendendo a hipótese de *'moral hazard'* ou 'risco moral' que Berger e DeYoung (1997) formularam através de um estudo sobre a relação entre eficiência dos custos e a qualidade do crédito para um grupo de bancos comerciais americanos para o período de 1985-94, espera-se que um maior resultado operacional tenha um impacto negativo sobre o rácio de crédito vencido. As mesmas conclusões foram obtidas nos estudos de Louzis et al. (2012), de Williams (2004) e de Podpiera e Weill (2008). Esta hipótese é confirmada em situações em que os bancos enfrentam uma deterioração nos seus índices de rentabilidade, o que os leva a recorrer ao aumento da concessão de crédito de fraca qualidade, confirmando assim o comportamento de risco ao qual os bancos se sujeitam.

Uma hipótese alternativa é defendida por Rajan (1994), de acordo com a qual, a preocupação dos gestores bancários passa, não só pela maximização dos resultados dos bancos, como também pela reputação de curto prazo da sua administração, levando estes a ludibriar o mercado através da manipulação dos resultados atuais, em detrimento de um aumento dos níveis de crédito malparado no futuro, originado assim uma correlação positiva entre a rentabilidade dos bancos e o crédito malparado.

No que toca à eficiência operacional, este é um indicador associado à rentabilidade dos bancos, que pode ter sobre a qualidade do crédito efeitos contraditórios. Alusivo a este indicador, temos em conta a hipótese de *'skimming'* de Berger e DeYoung (1997), segundo a qual os bancos que aplicam menos recursos para a supervisão de riscos serão mais eficientes em termos de custos, mas em contrapartida, estarão sujeitos a uma maior parcela associada a crédito vencido no futuro. Esta hipótese é também exposta nas pesquisas de Schwaiger et al. (2005). Já por outro lado, poderá estar associada uma correlação negativa entre as variáveis, que terá em conta a hipótese de *'bad management'* ou 'má gestão' também de Berger e DeYoung, (1997), segundo a qual, baixos níveis de eficiência em termos de custos estão associados a práticas de gestão mais incompetentes, de entre as quais, um controlo da carteira de empréstimos mais ineficaz, e uma maior degradação da qualidade do crédito. O estudo de Podpiera e Weill (2008) vai também de encontro a esta última hipótese, ao demonstrar que uma baixa eficiência em termos de custos leva aumentos do crédito malparado no setor bancário da República Checa.

Este indicador deixa no ar um *'trade-off'* entre alocar mais recursos com vista a controlar melhor a concessão de crédito ou ter uma maior eficiência de custos, sabendo que isso sujeitará o banco a um maior risco de ver prejudicada a qualidade do seu crédito.

Outro determinante também muito importante a ter em conta trata-se da dimensão do banco, dando este indicador alguma noção do grau de importância e representatividade de cada banco dentro do sistema bancário. Nos estudos mais recentes que tiveram em conta a análise desta variável, as conclusões apontam para uma correlação positiva entre esta e o rácio de crédito malparado, uma vez que os bancos maiores, como não são limitados pela falta de capital, tendem a correr maiores riscos e a conceder empréstimos mais complexos (Louzis et al., 2012). Contudo, situações inversas também foram evidenciadas, visto os bancos maiores terem melhores recursos que lhes permitem tomar maior precaução na avaliação dos empréstimos e reduzir o rácio de crédito vencido, o que pode gerar uma relação negativa entre as duas variáveis em questão. A favor desta última relação, Louzis et al. (2012) argumentaram também que a um banco de maior dimensão está geralmente associada uma maior capacidade de diversificação do crédito, o que contribui para reduzir o risco, e consequentemente, o rácio de crédito malparado.

Ainda sobre a relação do tamanho do banco com o crédito vencido, pode estar também associada a hipótese de *'too big to fail'* ou 'demasiado grande para falir', de acordo

com a qual os gestores bancários sujeitam-se a situações de maior risco na concessão de crédito, pois sabem que terão proteção do Governo, que atuará injetando capital no banco, impedindo assim o colapso deste, e as consequências que isso traria para a economia. Esta hipótese permite aos bancos melhor capitalizados este comportamento de risco, aumentando muito os seus rácios de alavancagem e sendo descuidados no cumprimento dos seus critérios de concessão de crédito, o que leva ao aumento da parcela de crédito malparado resultante do crédito concedido a devedores de mais baixa qualidade.

Outro indicador também mencionado por Louzis et al. (2012), assenta no crescimento do crédito, sendo este caracterizado pela variação semestral do montante de crédito concedido pelos bancos aos clientes. Este indicador está positivamente correlacionado com o rácio de crédito malparado, pois à medida que esta variável, vai crescendo, maior é a probabilidade de ir abrangendo maus devedores, os quais sujeitam o banco a riscos mais elevados, contribuindo também para o crescimento do rácio do crédito vencido.

O capital próprio de um banco é um pilar de sustentação do mesmo, e está intimamente ligado ao crescimento futuro do banco. Bancos com um nível de capitalização adequado estão dotados de uma maior capacidade para enfrentar situações inesperadas, e transmitem mais confiança aos agentes económicos e ao sistema bancário no geral. O grau de capitalização do banco é então um indicador importante a ter em conta. Este indicador que é calculado como sendo o rácio entre o capital próprio de um banco e o valor dos seus ativos ponderados pelo risco, pode estar negativamente correlacionado com o crédito vencido. De acordo com Louzis et al. (2012), o grau de capitalização pode contribuir para a qualidade do crédito, dado que os gestores de bancos com fraca capitalização podem ter tendência a assumir comportamentos de risco e acabar por financiar mutuários aos quais está associado um maior risco de incumprimento, o que está de acordo com a hipótese de '*moral hazard*' ou 'risco moral' (Keeton e Morris, 1987). Mais tarde Berger e DeYoung (1997) argumentaram, também, que baixos níveis de capitalização dos bancos originam acréscimos no montante de crédito vencido. Esta hipótese é apoiada no estudo de Salas e Saurina (2002) que encontraram uma forte correlação negativa entre rácios de solvência e o crédito malparado.



#### **4. Desenvolvimento do Sistema Bancário Português**

Ao longo dos últimos anos, o sistema bancário português tem sofrido várias mudanças, que colocaram em causa a estabilidade deste e da economia em geral. Entre 2010 e 2017 viveu-se um período algo turbulento, com muitos entraves ao bom desempenho do sistema bancário. Além de se estar a viver um período em que a economia do país estava ainda frágil após as recentes crises, outros obstáculos que obrigaram a programas de resolução, reestruturações, aumentos de capital social dos bancos ou vendas de ativos em valor significativo, foram geradores adicionais de instabilidade na economia. Contudo, ao longo do período, o processo de recuperação foi-se verificando e a performance dos bancos do sistema foi assumindo valores mais atrativos, trazendo de novo uma maior estabilidade financeira à economia.

Dados recentes refletem uma significativa melhoria no sistema bancário português, tendo-se observado uma diminuição considerável do crédito vencido e aumento da rentabilidade dos bancos, que em 2018 assumem já valores positivos (Banco de Portugal, 2018). Esta dinâmica económica tem-se assumido como um fator determinante para a recuperação do setor, que vinha exercendo muita pressão sobre os bancos. Contudo, o processo de desalavancagem do setor, que se verificou de forma enérgica ao longo deste período mais agitado ainda não terminou, refletindo assim, um contínuo emagrecimento do setor bancário, mesmo após o regresso das taxas de crescimento positivas na economia.

No que diz respeito ao crédito malparado, o desenvolvimento deste foi considerável, tendo o seu rácio triplicando entre o início de 2010 e o início de 2015. No entanto, é um crescimento que acaba por não ser surpreendente, pois vem em consequência da crise financeira e de outros acontecimentos propícios ao crescimento deste indicador. Porém, nos últimos semestres da análise, este rácio foi assumindo valores mais interessantes, comparados com os picos atingidos em 2015 e no início de 2016, dando-se início a uma fase de recuperação (Figura 4.4).

Ao proceder a uma análise comparativa do rácio do crédito malparado de Portugal com os restantes países da zona Euro, encontram-se situações muito divergentes. Destacando-se, por um lado, países que foram afetados pela crise de uma forma mais severa, ou que simplesmente não lidaram tão bem com essa adversidade, e por outro lado, países que parece não terem visto a qualidade dos seus empréstimos afetada pelos desenvolvimentos recentes. Neste sentido, Portugal destaca-se pela negativa, apresentando

em 2018, um índice muito alto de crédito malparado, quando comparado com a maioria dos restantes países da zona Euro, evidenciando a situação ainda delicada em que nos encontramos, como se pode observar na Figura 4.1<sup>14</sup>. No entanto, é também dos países que melhor recuperação tem apresentado ao longo dos últimos três anos, na redução dos seus rácios de incumprimento.

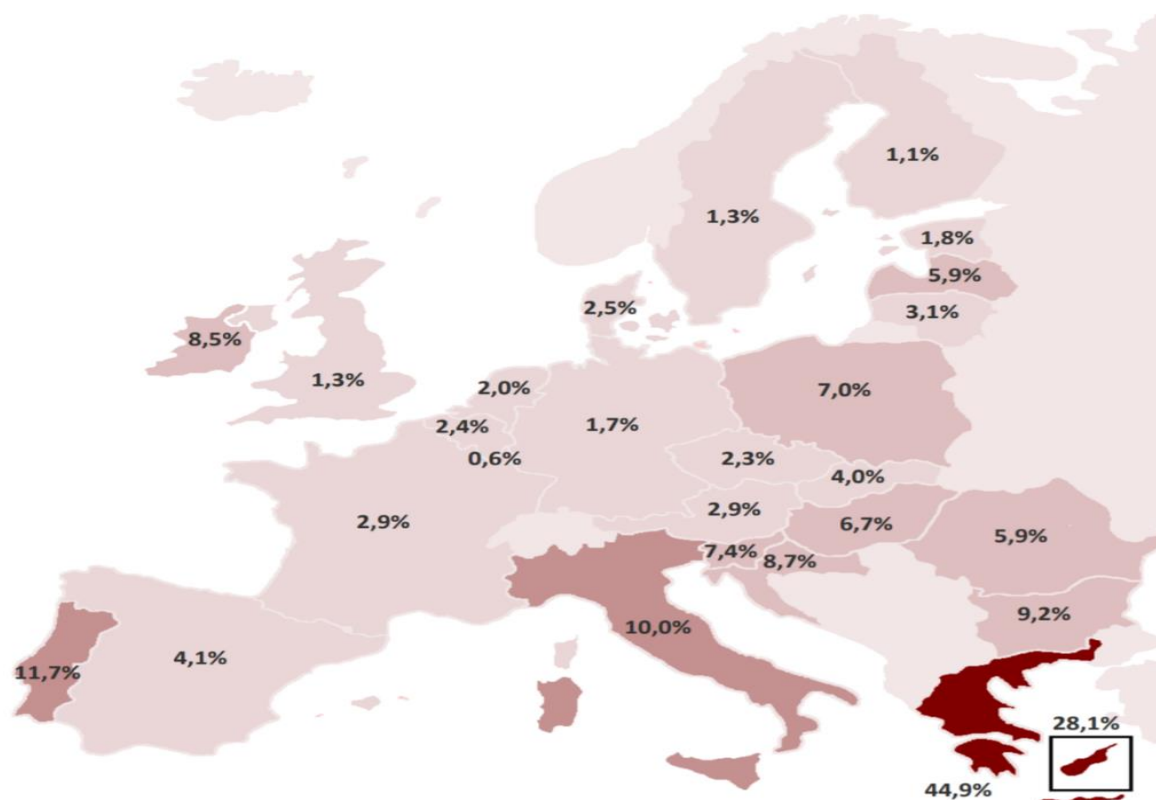


Figura 4.1. Rácio de Crédito Malparado na Zona Euro para o ano de 2018. Rácios calculados tendo em conta o crédito e juros vencidos, a as provisões dos bancos.

<sup>14</sup> Nota para o facto de o rácio de crédito malparado apresentado na Figura englobar, não só o crédito e os juros vencidos, como também as provisões efetuadas para o crédito de cobrança duvidosa, como componente do crédito malparado.



#### **4.1. Evolução de Alguns Indicadores Relativos ao Sistema Bancário entre 2010 e 2017**

Ao ter em conta a distribuição do total do ativo pelo setor bancário, facilmente se verifica a concentração deste num restrito grupo de bancos, que juntos controlam quase a totalidade do sistema, sendo que, durante todo o período da amostra, o total de ativos detidos pelo Banco BPI, pelo Millennium BCP, pelo Banco Espírito Santo (BES) ou Novo Banco, pelo Crédito Agrícola (CCCAM ou SICAM), pelo Montepio, pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) e pelo Santander Totta representava, aproximadamente, 90% do total do ativo de todo o setor bancário.

No Anexo I podemos verificar a evolução da forma como está distribuído o ativo do setor por estes 7 bancos, ao longo de todo o período de análise. A CGD destacou-se durante todo o período como sendo o banco detentor da maior parcela no ativo, que no início do período representava um valor superior a 100 mil milhões de euros. Esse destaque foi sendo cada vez maior, à medida que o ativo do Millennium BCP ia decrescendo a um ritmo mais acelerado que a média, detendo este último, no fim do período, um ativo pouco maior que o do Santander Totta, que não seguiu a tendência, e manteve o nível do indicador constante ao longo do período. Quanto à CCCAM, foi durante todo o período da amostra, o banco que teve sempre o ativo mais baixo, e cuja evolução não sofreu grandes oscilações (Anexo I).

Quando temos em conta o total do ativo dos 40 bancos da amostra inicial, podemos afirmar, que se verificou um decréscimo deste para quase todos os períodos (Figura 4.2), sendo que ao longo de todo o período se verificou uma taxa de crescimento negativa superior a 30%, que fez com que o valor dos bens e direitos de todo o sistema bancária em Portugal, que no início do período estava mensurado acima dos 500 mil milhões de euros, agora nem chegue aos 350 mil milhões de euros. O momento da amostra em que o total dos ativos dos bancos foi mais elevado aconteceu no primeiro semestre de 2011, em que o valor deste ascendeu a quase 512 mil milhões de euros. Já o momento em que este valor se encontrou mais baixo aconteceu no fim do ano de 2014, quando este atingiu apenas os 325 mil milhões de euros, se bem que esta quebra é justificada pela falência do BES.

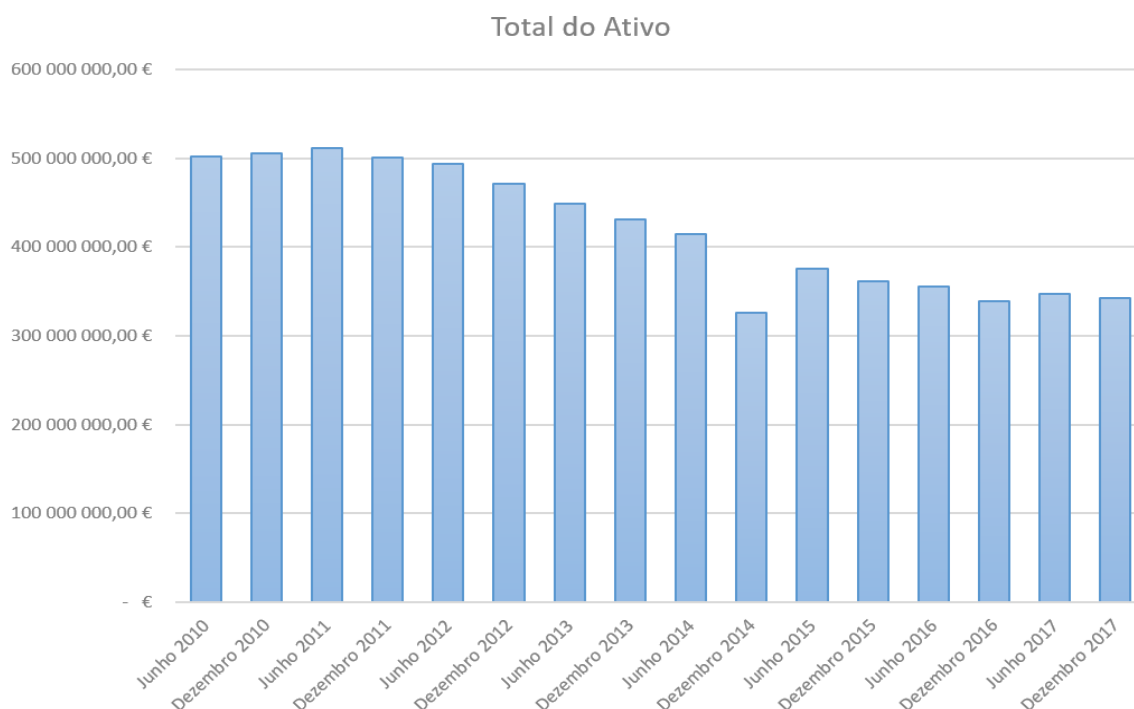


Figura 4.2. Evolução Semestral do Total do Ativo do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017. Fonte: Elaboração própria com base nos Balanços dos Bancos, fornecidos pela Associação Portuguesa de Bancos.

Quando temos em consideração o crédito concedido pelos bancos aos seus clientes, observamos que este indicador, a par do total do ativo, também verificou uma diminuição para o período da amostra (Figura 4.3). Esta diminuição fez com que o indicador relativo à taxa de crescimento do crédito fosse assumindo valores negativos durante a maioria do período, entre -5% e 0%, aproximadamente. No entanto, este indicador apresentou valores mais estáveis no final do período, quando a taxa de crescimento foi aproximadamente nula. Nota para o facto de se ter observado uma quebra no crédito concedido em 2014, que afetou drasticamente o comportamento da taxa de variação. Contudo, essa quebra é justificada pela ausência de dados relativos ao crédito concedido pelo BES, no segundo semestre do ano em que este faliu.

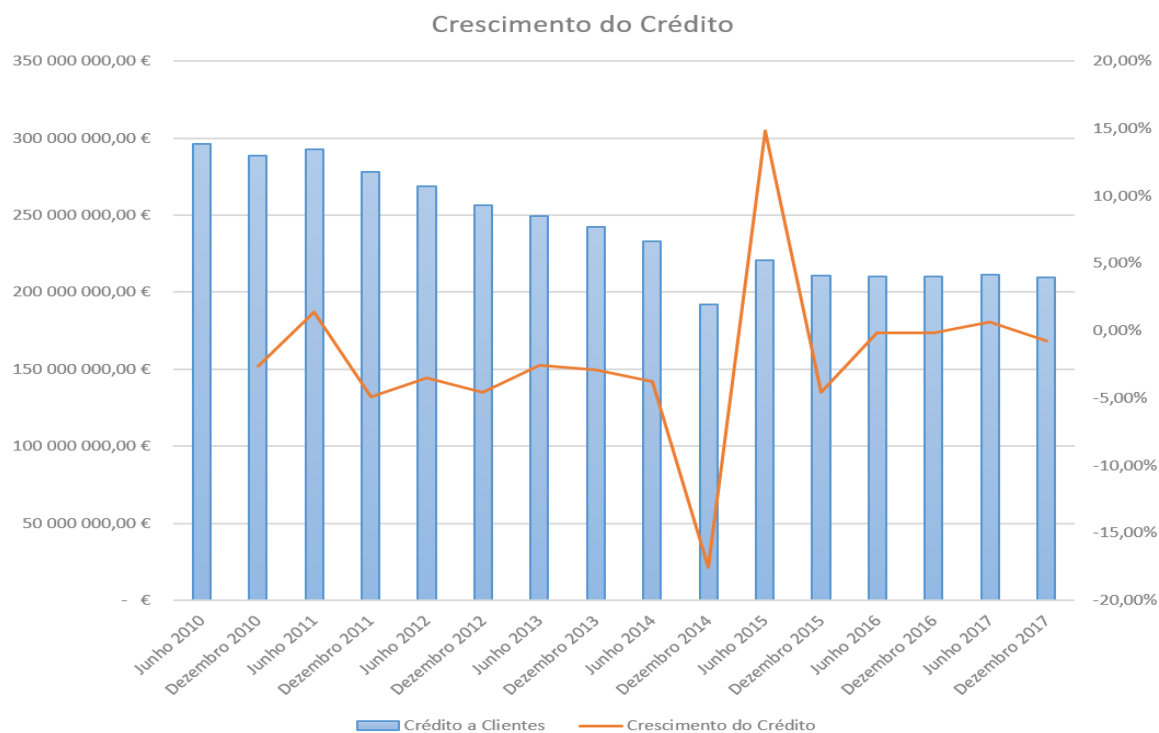


Figura 4.3. Evolução Semestral da Taxa de Crescimento da Concessão de Crédito do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017. Fonte: Elaboração própria com base nos Balanços dos Bancos, fornecidos pela Associação Portuguesa de Bancos.

Ao observar o trajeto destes indicadores ao longo do período para cada banco, individualmente, pode-se verificar que o Santander Totta é dos bancos cujas taxas de crescimento do crédito apresentam valores mais voláteis ao longo do período em análise, existindo períodos em que se observam taxas de crescimento superiores a 20%, em contraste com períodos em que se verificam decréscimos inferiores a -20%. Os restantes bancos considerados na análise exibem uma evolução similar àquela que se regista na totalidade do setor, com algum destaque para a CCCAM, que desde 2015 tem aumentado de forma consistente o crédito concedido aos seus clientes (Anexo II).

Ao analisar a parte do crédito associada ao crédito e aos juros vencidos, que é a parcela do crédito que foi considerada na construção da variável dependente, é facilmente visível o aumento acentuado deste, que triplicou entre 2010 e 2015, tendo atingido um máximo acima dos 20 mil milhões de euros (Figura 4.4). Nesta altura, o rácio do crédito vencido ascendeu a valores muito próximos dos 10%, contudo, a partir desse momento, o montante de crédito vencido foi diminuindo de forma contínua até ao fim na análise. Nota também para o facto de a quebra verificada em Dezembro de 2014 se dever à ausência dados

relativos ao crédito vencido do Banco BES para a segunda metade de 2014, sendo estes valores novamente considerados no período seguinte, após a criação do Novo Banco.

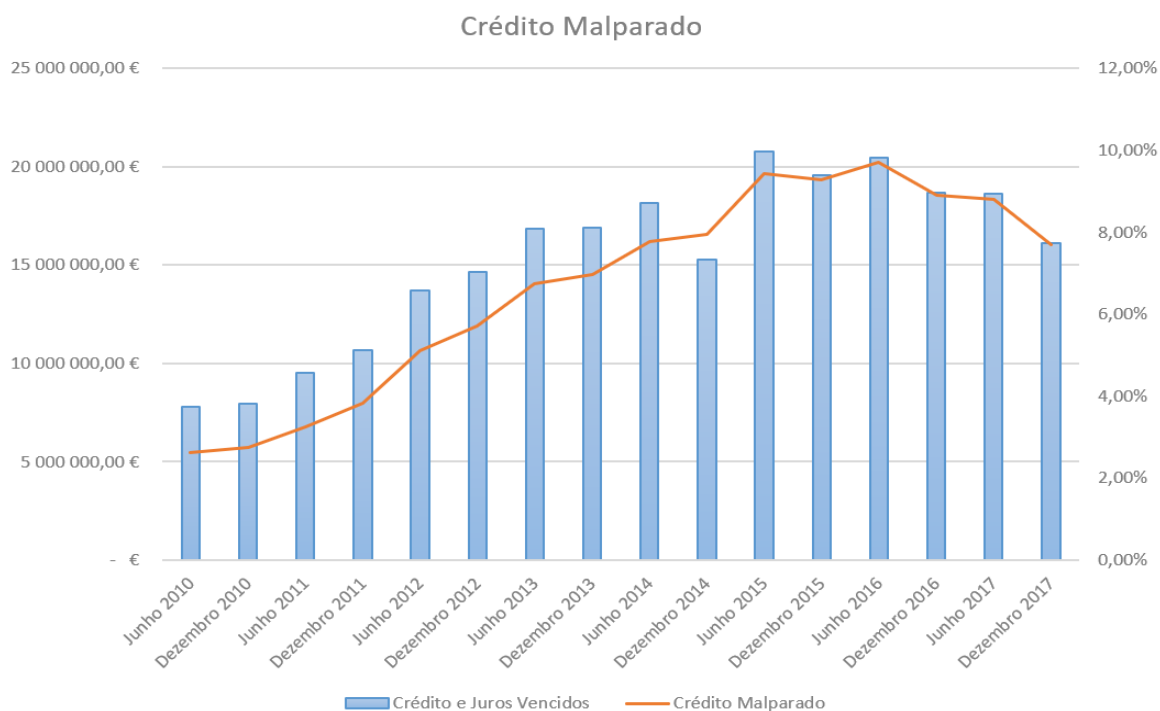


Figura 4.4. Evolução Semestral do Rácio de Crédito Malparado do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017. Fonte: Elaboração própria com base nos Balanços dos Bancos, fornecidos pela Associação Portuguesa de Bancos.

No Anexo III, que contempla a variação dos rácios de crédito malparado para os 7 bancos mais influentes na economia portuguesa, é então observada a quebra referida. Ao analisar a evolução deste indicador, o destaque vai para o Novo Banco que, ao assumir os ativos do BES, evidenciou logo um rácio de crédito malparado superior a 15%, e que cresceu até um máximo de, aproximadamente, 23,5% no meio do ano de 2017. Quanto aos restantes bancos, os que maiores precauções tiveram nos seus critérios ao concederem crédito foram o Banco BPI e o Santander Totta, cujo rácio de crédito vencido nunca atingiu os 5%. A evolução deste indicador para os restantes bancos não se distanciou muito da média do sistema bancário, com algum realce para a CCCAM, que foi o único banco deste grupo que no início do período via mais de 5% do seu crédito vencido, mas que no fim de 2017 apresentou um ótimo resultado.

Outro indicador importante a distinguir, é o relativo ao capital próprio dos bancos. Este indicador, intimamente ligado ao rácio de solvência de um banco, não apresenta um tendência de evolução, tendo assumido sempre valores entre os 20 e os 25 mil milhões de euros ao longo de todo o período, com exceção do ano de 2017, em que se verificou um crescimento notável, e da quebra de Dezembro de 2014, associada à ausência de dados do Banco BES neste período. Quanto ao rácio de capital do setor, calculado através da divisão do capital próprio dos banco pelo valor dos seus ativos totais, este apresentou uma tendência crescente, justificada maioritariamente pela diminuição do ativo (Figura 4.5).

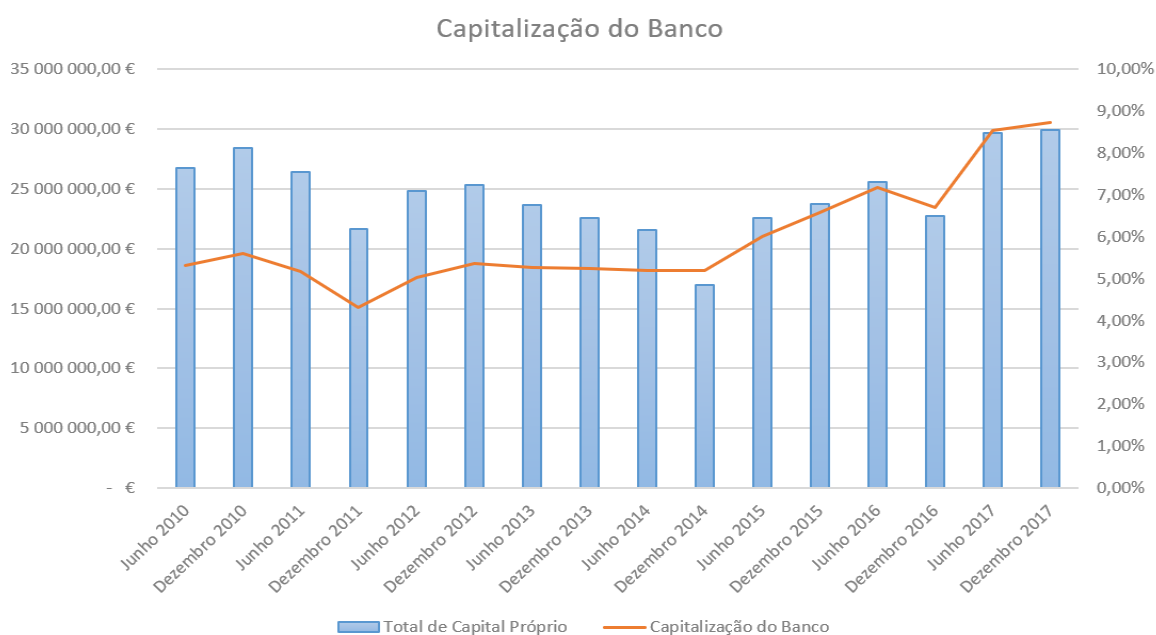


Figura 4.5. Evolução Semestral do Rácio de Capitalização do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017. Fonte: Elaboração própria com base nos Balanços dos Bancos, fornecidos pela Associação Portuguesa de Bancos.

Já a análise da evolução deste rácio banco a banco revela que foi a CCCAM quem manteve um maior nível de estabilidade durante o período, tendo um rácio de capitalização do banco sempre muito próximo dos 8% (Anexo IV). Quanto aos restantes bancos, todos viram este indicador evoluir positivamente, embora com alguma oscilação pelo caminho, como foi o caso do Millennium BCP que viu o seu rácio de capitalização crescer de 2% para 10%, aproximadamente, entre 2014 e 2017, ou o Banco BPI, cujo rácio esteve muito próximo dos 0% no fim de 2011.

O indicador bancário no qual se verificou um maior impacto, em consequência dos problemas que afetaram o setor bancário foi a sua rentabilidade, calculada através do ROA<sup>15</sup>. O indicador relativo ao resultado antes de imposto tornou-se negativo em 2011, e assim ficou durante quase todo o período, até voltar a assumir um valor positivo em 2017 (Figura 4.6). O momento mais crítico verificou-se em meados de 2014, quando o prejuízo ascendeu aos 4,6 mil milhões de euros, que na altura correspondia a mais de 1% do ativo total.

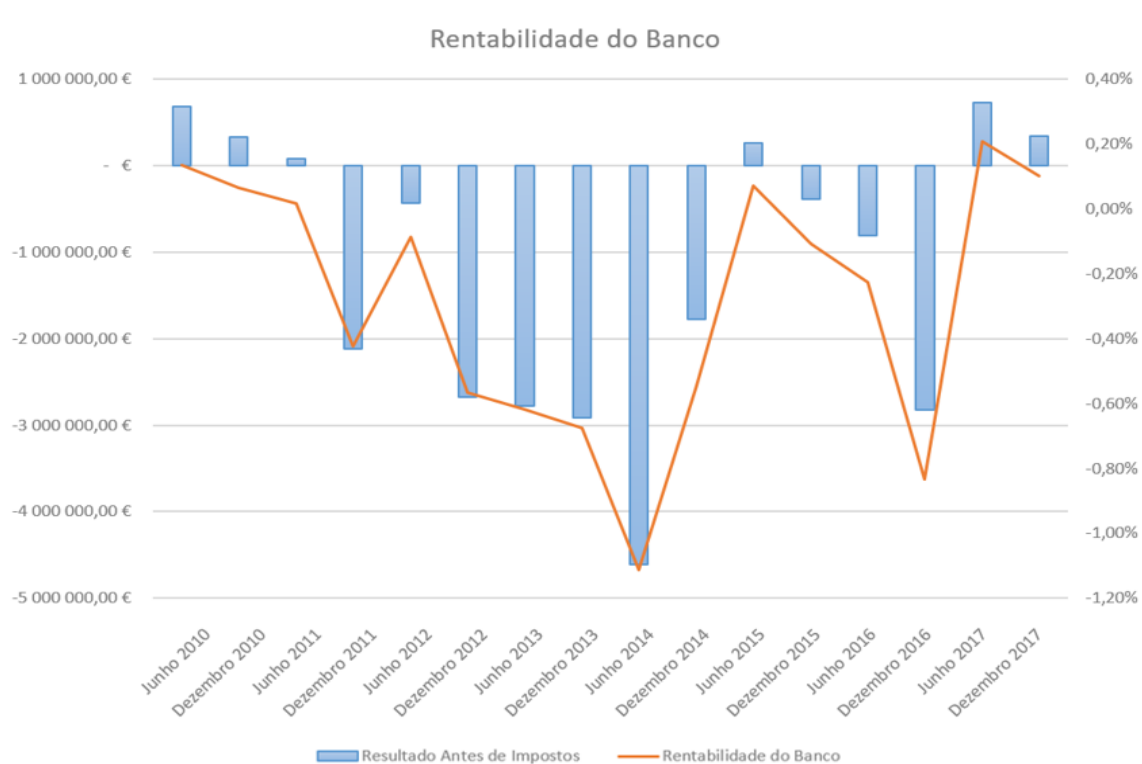


Figura 4.6. Evolução Semestral da Rentabilidade do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017. Fonte: Elaboração própria com base nos Balanços e nas Demonstrações de Resultados dos Bancos, fornecidos pela Associação Portuguesa de Bancos.

No que diz respeito à rentabilidade dos bancos, calculada através do ROA, a CCCAM foi dos bancos que foi obtendo melhores resultados, cujas taxas nunca se afastaram muito dos 0% durante a análise, mas foi sempre assumindo valores positivos, em contraste com os restantes bancos analisados, cujos resultados foram negativos durante quase todo o período (Anexo V). A situação mais extrema verificou-se no caso do BES, quando em Junho de 2014 atingiu uma rentabilidade de -5,8%. Uma situação também preocupante, foi

<sup>15</sup> ROA = *Return on Assets*, e representa a rentabilidade dos ativos dos bancos.

observada na demonstração de resultados da CGD no final de 2016, quando o seu resultado antes de imposto atingiu perto de -3,1% do ativo.

A última variável específica dos bancos a ser considerada na investigação, é a eficiência operacional dos bancos, que tem em conta maioritariamente gastos com o pessoal e gastos gerais administrativos, e é calculada através do rácio entre as despesas não financeiras dos bancos e o seu produto bancário. Este indicador não assumiu um padrão de evolução consistente para o setor bancário em geral, tendo o montante afeto às despesas administrativas do setor variado entre 80% e 200% do produto bancário destes durante quase todo o período (Figura 4.7).

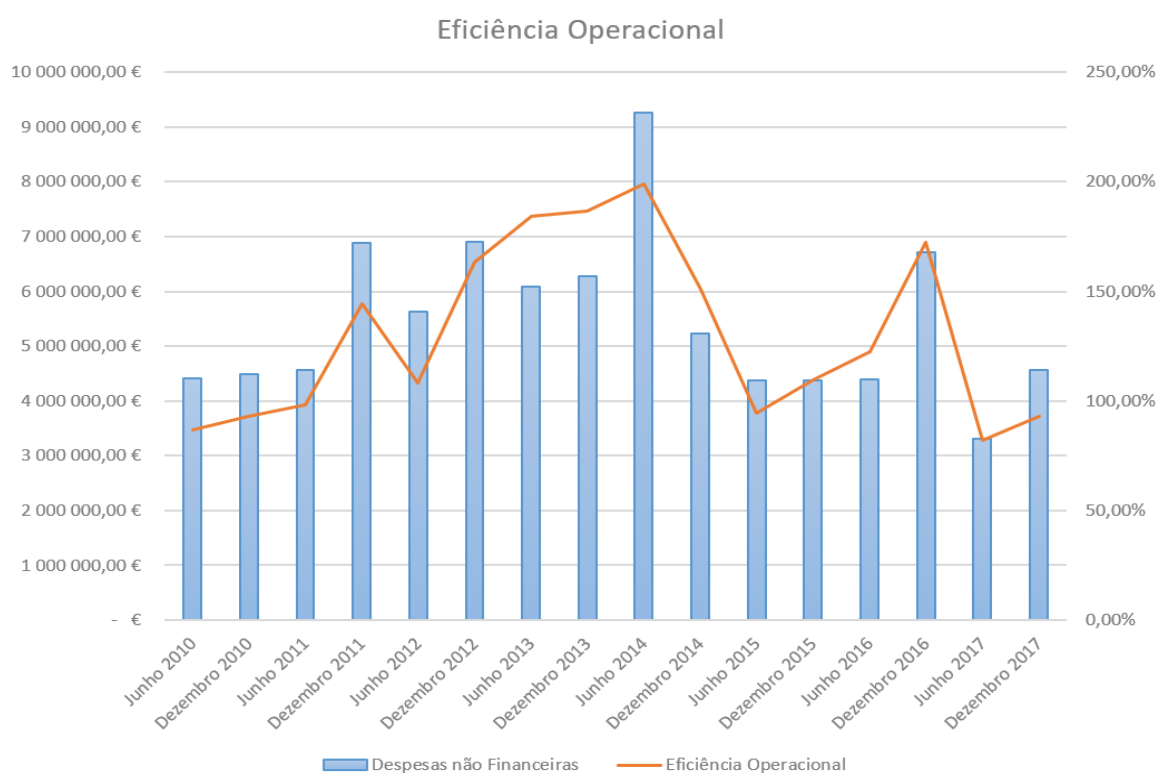


Figura 4.7. Evolução Semestral da Eficiência Operacional do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017. Fonte: Elaboração própria com base nas Demonstrações de Resultados dos Bancos, fornecidos pela Associação Portuguesa de Bancos.

Novamente, desagregando a análise pelos 7 principais bancos a exercer atividade, constatou-se terem sido o Santander Totta e a CCCAM os bancos que ao longo de todo o período afetaram uma menor parcela dos seus rendimentos no tipo de despesa em causa, já os restantes bancos foram assumindo os níveis de gastos padrão que se iam verificando no resto do setor, com exceção do BES, que em Junho de 2014 declarou gastos excessivos nas

rúbricas “provisões líquidas de anulações” e “correção dos valores associados aos clientes e valores a receber de outros devedores”, e cujo montante de despesas ultrapassou 1200% do produto bancário que tinha sido verificado para esse período (Anexo VI). Um rácio de gastos acima da média também foi apresentado pelo Millennium BCP em 2013 e pela CGD em 2016, mas não de forma tão notória.

Tal como acontece com as variáveis microeconómicas, o efeito da evolução dos fatores externos à atividade bancária também se vai refletir sobre os níveis de crédito malparado do setor bancário. Daí a importância de analisar a forma como algumas das principais variáveis macroeconómicas se foram alterando ao longo do período de investigação.

Quanto ao PIB real anual, calculado através da soma do PIB dos dois semestres mais recentes, foram-se observando valores cada vez mais baixos durante os primeiros 3 anos da amostra, mas a partir de 2013, a economia foi recuperando, levando o PIB a ascender a cerca de 195 mil milhões de euros, como valor máximo do período. Já a taxa de crescimento do PIB, como indicador representativo do crescimento económico, assumiu valores negativos durante o início do período de análise, enaltecendo a situação ainda frágil do país, a sofrer as consequências da crise, mas a partir de 2013 entrou numa fase de recuperação tendo apresentado taxas de crescimento positivas até ao fim do período (Anexo VII). Relativamente à taxa de desemprego, esta assumiu uma fase de expansão no início do período, proveniente também das consequências da crise, atingindo um pico de aproximadamente 17,3% no fim de 2012, mas a partir daí foi decrescendo de forma ininterrupta até alcançar, no fim de 2017, um valor ainda mais baixo que o inicial (Anexo VIII). Outro indicador a ter em conta foi a taxa de juro real de curto-prazo, que assumiu uma evolução algo inconstante ao longo do intervalo de tempo estudado, com taxas de juro positivas até 2012, seguidas de sucessivas taxas de juro negativas até ao fim do período (Anexo IX). Por fim, o último indicador a ter em consideração foi o rácio da dívida pública no PIB, que apresentou taxas de crescimento altas até meados de 2013, altura em que o montante de dívida pública tinha já ascendido a cerca de 132% do PIB no país, e após esse momento foi-se mantendo constante até ao final do período de observação, à medida que a dívida pública e o PIB anual iam crescendo ao mesmo ritmo (Anexo X).



## 5. Dados

De forma a estudar as determinantes do crédito malparado em Portugal entre 2010 e 2017, foram recolhidos dados relativos ao crédito e juros vencidos (como representativos do crédito malparado), ao crédito concedido a clientes, ao total do ativo, ao total do capital próprio, às despesas não financeiras, ao resultado operacional e ao resultado antes de impostos, estando todos estes dados expressos em milhares de euros. Relativamente às variáveis macroeconómicas, foram recolhidos dados para o PIB real semestral, para a dívida pública, para a taxa de desemprego e para a taxa de juro real de curto-prazo, estando os dados relativos aos dois primeiros indicadores expressos em milhões de euros.

A periodicidade dos dados é semestral, e estes foram recolhidos para o período de 2010 (1º semestre) até 2017 (2º semestre), com exceção para os dados essenciais para as variáveis apresentadas em taxas de crescimento, para as quais foram obtidos dados anteriores a 2010, de forma a permitir o cálculo dessas taxas.

Os dados associados às variáveis macroeconómicas são todos referentes a Portugal para o período em questão, e foram fornecidos pela Eurostat, pela Ameco e pelo Banco Mundial. Já os dados relativos às variáveis específicas dos bancos foram obtidos ou construídos a partir dos balanços e das demonstrações de resultados fornecidas, para cada banco, pela Associação Portuguesa de Bancos (APB).

Para o total da amostra, foram recolhidos os dados relativos às 40 entidades bancárias que mais influência tiveram sobre o setor bancário do país durante o período em questão: Banco BPI, Millennium BCP, BES, Novo Banco, CCCAM, SICAM, Montepio, CGD, Santander Totta, Banco BIC, BII, BIG, BESI, Finantia, BANIF, CBI, BBVA, Banco Credibom, Itaú, Popular, Sant Consumer, Deutsche Bank, Haitong Bank, Bankinter, BNP, Banco Carregosa, Activobank, Novo Banco Açores, BAC, BEST, Invest, BANIF Inv, BANIF Mais, Montepio Investimento, Finibanco, BB, Barclays, BNP SS, BNP WM e Fortis. Todas estas entidades foram tidas em conta para efeitos de estatísticas agregadas. No entanto, para a estimação do modelo, foram considerados apenas os bancos com um peso mais significativo na economia portuguesa, ou seja, os bancos cujo ativo representava, para todo ou quase todo o período de análise<sup>16</sup>, pelo menos 0,5% do total do ativo do sistema bancário em Portugal, limitando a amostra às primeiras 25 entidades. Quando se proceder à análise

---

<sup>16</sup> Foram considerados para a estimação do modelo, os bancos cujo rácio do ativo atinge os 0,5% em, pelo menos, 14 dos 16 períodos da amostra.

de indicadores desagregada pelos bancos, e de forma a facilitar comparações entre estes, serão apenas tidos em conta os primeiros 9 bancos, destacando-se estes como os mais influentes de toda economia, detendo em conjunto cerca do 90% de todo o ativo do setor.

## 6. Metodologia e Resultados

A realização deste estudo teve como foco principal a construção de um modelo econométrico no Gretl que pudesse medir a forma como algumas das principais alterações na conjuntura macroeconómica e na gestão individual dos bancos afeta a qualidade dos empréstimos concedidos por esses bancos.

Nesta fase da investigação, vai ser testado o impacto que um conjunto de variáveis macroeconómicas e específicas dos bancos têm sobre a qualidade da concessão do crédito destes. As variáveis estão identificadas na tabela seguinte, estando a cada uma delas associado o sinal do efeito esperado, tendo em conta a revisão bibliográfica.

Variáveis Macroeconómicas	Variáveis Específicas dos Bancos
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Crescimento Real do PIB (-);</li><li>✓ Taxa de Desemprego (+);</li><li>✓ Taxa de Juro Real (+);</li><li>✓ Rácio da Dívida Pública sobre o PIB (+)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Tamanho do Banco (+) (-);</li><li>✓ Crescimento do Crédito (+);</li><li>✓ Capitalização do Banco (-);</li><li>✓ Rentabilidade do Banco (+) (-);</li><li>✓ Eficiência Operacional (+) (-);</li></ul>

Quadro 6.1. Variáveis Macroeconómicas e Especificas dos Bancos que serão utilizadas na Estimação do Modelo.

Inicialmente, foi construída uma base de dados, na qual constavam o rácio entre de crédito e juros vencidos sobre o total de crédito concedido<sup>17</sup>, que foi utilizado como variável dependente, de forma a medir o nível de crédito malparado. Foram também incluídas variáveis macroeconómicas, tais como o PIB anual, a taxa de desemprego, a taxa de juro real de curto prazo e o rácio da dívida pública no PIB<sup>18</sup>, e as variáveis específicas a cada banco

<sup>17</sup> As provisões feitas pelos bancos para os créditos de cobrança duvidosa não são consideradas para efeitos de crédito malparado neste modelo.

<sup>18</sup> Devido ao facto de este indicador não estar diretamente relacionado com a qualidade do crédito, e o seu impacto não se repercutir no crédito malparado no imediato, ou após um número específico de períodos, foi inserida como variável do modelo, a taxa de crescimento médio dos últimos quatro períodos da amostra.

usado na amostra, ou seja, a sua dimensão, a taxa de crescimento do crédito, a sua capitalização, a sua rentabilidade e a eficiência operacional.

Depois de escolhidas as variáveis a utilizar, foi então introduzida a base de dados no Gretl, e foram também criadas novas variáveis através da aplicação das primeiras diferenças dos logaritmos em algumas variáveis, de forma a poder estimar o impacto das taxas de crescimento destas. O modelo a estimar utiliza dados em painel, pois pretende-se explorar em simultâneo as variações ocorridas ao longo do tempo para os vários bancos, mas este será não balanceado, pelo facto de a base de dados não apresentar dados para todos os indivíduos em todos os períodos de tempo.

Foi também testada a estacionaridade das variáveis através do teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF) para as variáveis macroeconómicas, e através do teste Im-Pesaran-Shin para as variáveis específicas dos bancos. Quanto ao teste ADF, a hipótese nula estipula que a série tem raiz unitária. De acordo com a hipótese alternativa, esta é estacionária. Já o teste Im-Pesaran-Shin tem como hipótese nula a não estacionaridade de todas as séries individuais, e como hipótese alternativa, a estacionaridade de pelo menos uma das séries individuais (Im, et al., 2003). Os testes de Dickey-Fuller Aumentado (ADF) foram realizados com constante e tendência, e o número de desfazamentos deste foi escolhido de acordo com o critério Akaike Information Criterion (AIC). Pode-se observar, nos quadros 6.2 e 6.3, que foram obtidos p-values inferiores a 0,05 para a generalidade das variáveis, rejeitando-se assim a hipótese nula da não estacionaridade.

Variável	P-Value
d_1_PIBAnual	0,0131**
TaxaDesemprego	0,0650*
TaxaJuroReal	0,0276**
d_1_DívidaPúblicaPIB	0,0430**

Quadro 6.2: Estacionaridade das Variáveis Macroeconómicas através do Teste Aumentado de Dickey-Fuller. Nota: A presença de \*, \*\* ou \*\*\*, indica que o teste realizado é estatisticamente significativo a 10%, 5% ou 1%, respetivamente. Fonte: Elaboração própria, tendo por base o output do teste Aumentado de Dickey-Fuller realizado no Gretl.

Variável	P-Value
CréditoMalparado	0,0107**
TamanhoBanco	0,0299**
RentabilidadeBanco	0,0057***
EficiênciaOperacional	0,0149**
Crescimento do Crédito	0,0087***
Capitalização do Banco	0,0121**

Quadro 6.3: Estacionaridade das Variáveis Específicas dos Bancos através do Teste de Im, Pesaran e Shin (2003). Nota: A presença de \*, \*\* ou \*\*\*, indica que o teste realizado é estatisticamente significativo a 10%, 5% ou 1%, respetivamente. Fonte: Elaboração própria, tendo por base o output do teste de Im, Pesaran e Shin realizado no Gretl.

Após a estimação do modelo e a realização dos testes necessários, foi obtido o modelo final, apresentado à frente. O modelo final tem como variável dependente o rácio de crédito e juros vencidos sobre o total de crédito concedido, e tem como variáveis explicativas o rácio de crédito malparado do período anterior, as taxas de crescimento do PIB referentes aos 2 últimos períodos, e as taxas de juro, desemprego e crescimento do rácio da dívida pública no PIB respeitantes ao semestre anterior, e os indicadores microeconómicos associados à dimensão do banco para o último semestre, e à sua rentabilidade, eficiência operacional, crescimento do crédito e rácio de capitalização também para o período mais recente. O modelo obtido foi o seguinte:

$$\begin{aligned}
Crédito\ Malparado_{i,t} = & \alpha_i + \beta_1.Crédito\ Malparado_{i,t-1} + \beta_2.d\_l\_PIB_{i,t-1} + \\
& \beta_3.d\_l\_PIB_{i,t-2} + \beta_4.Taxa\ de\ Desemprego_{i,t-1} + \beta_5.Taxa\ de\ Juro\ Real_{i,t-1} + \\
& \beta_6.d\_l\_Dívida\ Pública\ no\ PIB_{i,t-1} + \beta_7.Tamanho\ do\ Banco_{i,t-1} + \\
& \beta_8.Rentabilidade\ do\ Banco_{i,t-1} + \beta_9.Eficiência\ Operacional_{i,t-1} + \\
& \beta_{10}.Crescimento\ do\ Crédito_{i,t-1} + \beta_{11}.Capitalização\ do\ Banco_{i,t-1} + u_{i,t}
\end{aligned}$$

Sendo que,

- ✓  $i = 1, 2, \dots, 23$ , e refere-se ao banco
- ✓  $t = 1, 2, \dots, 16$ , e refere-se ao período
- ✓  $\alpha_i$  = constante do modelo
- ✓  $\beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5, \beta_6, \beta_7, \beta_8, \beta_9, \beta_{10}$  e  $\beta_{11}$  = conjunto de coeficientes a estimar, e que correspondem ao impacto das variáveis explicativas sobre a variável dependente
- ✓  $u_{i,t}$  = termo de erro (variável não observada)

Estando a trabalhar com dados em painel, foi preciso apurar qual seria o tipo de modelo mais correto a utilizar que, através do teste de Hausman se pôde constatar ser o modelo de efeitos fixos, em que a estimação é feita assumindo que a heterogeneidade é captada pela constante do modelo, e que esta é diferente de indivíduo para indivíduo. O teste de Hausman apresenta um p-value de 0,0320892, que contraria a hipótese nula de que o modelo de efeitos aleatórios é consistente, validando a hipótese alternativa da existência do modelo de efeitos fixos.

Numa fase mais avançada, foi necessário averiguar se a utilização de um painel não balanceado seria ou não um entrave na estimação do modelo de efeitos fixos em questão. Neste caso, o facto de o painel ser não balanceado poderia representar um problema para a estimação do modelo, caso fosse verificada a existência de uma relação de causalidade entre a variável dependente e a distribuição do painel nos períodos seguintes, ou seja, se o rácio de crédito malparado de um banco num determinado período, afetasse a decisão do mesmo em sair ou permanecer no mercado. A assunção deste pressuposto partia da ideia de que, altos rácios de crédito malparado poderiam levar a que alguns bancos optassem por sair do sistema, o que tornaria a estimativa enviesada.

Com vista à garantia de consistência da estimativa, foi realizado um teste, inicialmente apresentado por (Nijman e Verbeek, 1992 apud Wooldridge, J. M., 2010), através do qual se junta ao modelo uma variável  $S_{i,t+1}$ , quem nos indica se determinado banco está ou não presente na amostra no período seguinte<sup>19</sup>. Após a criação manual desta variável no Gretl, esta é inserida na regressão. Posteriormente estimou-se o modelo, e pôde-

---

<sup>19</sup> Esta variável assume valor igual a 1 se determinado banco permanece no modelo no período seguinte, e assume valor igual a 0, caso este já não esteja presente no modelo no período seguinte.

se verificar que o coeficiente associado a esta nova variável não assume significância estatística, o que permite concluir que a variável  $S_{i,t+1}$  não é correlacionada com o termo de erro, ou seja, que a estimativa é consistente. A realização deste teste prevê que a seleção da amostra não representa um problema para este painel não balanceado, e que este pode ser estimado por efeitos fixos sem nenhum entrave.

### 6.1. Análise do Resultados Obtidos

No que toca à análise do modelo econométrico obtido, todas as variáveis macroeconómicas são estatisticamente significativas a 1%, enquanto que a dimensão do banco é estatisticamente significativa a 5%. Já as variáveis relativas ao crescimento do crédito, e à capitalização, rentabilidade e eficiência operacional do banco não assumem significância estatística nas suas estimativas. O modelo apresenta um coeficiente de determinação alto (R quadrado ajustado = 0,949), o que é revelador da relevância das variáveis explicativas escolhidas.

Variável	Coeficiente	P-Value
Constante	-0,0469031	1,87e-14***
CréditoMalparado_1	0,977266	4,58e-61***
d_1_PIBAnual_1	-0,524799	5,97e-10***
d_1_PIBAnual_2	0,531665	1,21e-14***
TaxaDesemprego_1	0,293404	1,04e-29***
TaxaJuroReal_1	-0,312397	6,76e-05***
d_1_DívidaPúblicaPIB_1	0,232478	5,09e-09***
TamanhoBanco_1	0,0755705	0,0220**
RentabilidadeBanco_1	-0,0344737	0,3818
EficiênciaOperacional_1	0,0292110	0,4897
Crescimento do Crédito_1	0,00329127	0,3817
Capitalização do Banco_1	0,0129871	0,4343

Quadro 6.4. Coeficientes e P-Values associados às Variáveis Estimadas pelo Modelo Econométrico. Nota: A presença de \*, \*\* ou \*\*\*, indica que a variável explicativa em causa é estatisticamente significativa a 10%, 5% ou 1%, respetivamente. Fonte: Elaboração própria, tendo por base o output da estimação do modelo realizada no Gretl.

Como já era de esperar, o rácio de crédito malparado observado no período anterior, é a variável explicativa que tem uma correlação mais forte com a variável dependente, sendo que o aumento de 1% no rácio de crédito malparado conduz, em média, a um aumento de cerca de 0,98% desta variável no período seguinte, *ceteris paribus*, o que indica que o crédito malparado é bastante persistente.

Outro indicador que apresenta um impacto algo significativo sobre o crédito malparado, é a taxa de crescimento do PIB no período anterior, apresentando uma correlação negativa entre as variáveis, e indo assim de encontro com a revisão da literatura, e com a premissa de Salas e Saurina (2002), de que, períodos de recessão da economia estão associados a aumentos do crédito malparado, e vice-versa. Segundo esta estimação, e mantendo-se todas as restantes variáveis constantes, o acréscimo de 1 ponto percentual na taxa de crescimento do PIB, refletir-se-á numa quebra de, aproximadamente, 0,52% no rácio de crédito malparado do próximo semestre. Este pressuposto é facilmente justificado pelo facto de altas taxas de crescimento da economia estarem diretamente ligadas a acréscimos de rendimentos, que permitirão aos devedores, uma maior capacidade para liquidar as suas dívidas, diminuindo assim os montantes de crédito vencido dos bancos. Contudo, a taxa de crescimento do PIB verificada no mesmo período do ano anterior tem um impacto igualmente forte, mas em sentido inverso, sobre o crédito malparado. Estimando-se então, que o acréscimo de 1 ponto percentual na taxa de crescimento do PIB, que levará a uma quebra no crédito malparado no período seguinte, fará com que este aumente em 0,53% no ano seguinte. A aceitação destas duas estimativas leva então à ideia de que, um aumento no PIB, que levará à melhoria na qualidade do crédito num curto-prazo (em 6 meses), fará com que o crédito malparado volte a subir no ano seguinte, ou seja, apesar de o aumento no rendimento permitir aos clientes uma maior facilidade para cumprir com a sua dívida no período seguinte, também leva ao aumento da procura, incentivando estes a incorrer em mais crédito, por se acharem numa situação económica mais confortável, levando a mais incumprimento, e conseqüentemente, ao aumento do crédito vencido no período seguinte.

No caso da taxa de desemprego, os resultados obtidos também vão de encontro à teoria apresentada por Louzis et al. (2012), de que taxas de desemprego mais altas levam a montantes mais elevados de crédito vencido, sendo que, uma alteração de 1% na taxa de desemprego se repercute na variação de cerca de 0,29% no mesmo sentido, no rácio de crédito malparado do banco no período seguinte, *ceteris paribus*. Esta alteração no crédito vencido do banco é naturalmente explicada, pelo facto de que, os devedores que se



encontram na posição de desempregados apresentam uma situação financeira mais vulnerável, em que estão dotados de uma menor capacidade de cumprimento da sua dívida.

A taxa de juro é uma variável que influencia positivamente a qualidade do crédito, pois estima-se que uma variação desta em 1 ponto percentual se reflita numa variação, em sentido inverso, de 0,31 pontos percentuais no rácio do crédito vencido do semestre seguinte, *ceteris paribus*. Este efeito já não vai de encontro ao que se verificou no estudo deste indicador para os bancos na Grécia, em que, não só se estimava que o efeito da taxa de juro sobre o crédito malparado fosse positivo, como também se previa que o impacto desta seria irrelevante, comparativamente com o impacto causado por outras variáveis macroeconómicas (Louzis et al., 2012). Porém, como no modelo foi utilizada esta variável desfasada 1 período, este efeito pode ser justificado pela diminuição da procura de crédito por parte de devedores com capacidade de pagamento mais limitada que, após a subida da taxa de juro, abdicam de contrair mais crédito por achar que não o vão conseguir pagar. Ou seja, numa situação de aumento da taxa de juro neste modelo, não se destacam os devedores que vêm a sua dívida aumentada, mas sim, os que tomam a precaução de não contrair crédito que não vão conseguir pagar, diminuindo assim o crédito vencido a médio e longo-prazo.

Já em relação ao efeito das variações ocorridas sobre a dívida pública, nitidamente se observa que, à medida que esta vai assumindo taxas médias de crescimento superiores às taxas médias de crescimento do PIB, a qualidade do crédito do setor bancário vai-se deteriorando. O modelo estima então que, mantendo-se constantes as restantes variáveis do modelo, quando a taxa de crescimento médio dos últimos 4 períodos aumenta 1%, esse aumento repercutir-se-á num acréscimo de mais de 0,23 pontos percentuais no rácio do crédito malparado. O impacto desta variável vai também de encontro à teoria de Louzis et al. (2012), que argumentavam que o aumento do rácio da dívida pública contribuiria para o crescimento do crédito vencido, seja por via do condicionamento do crédito por parte dos bancos, que se vêm forçados a apresentar liquidez, limitando assim os recursos dos clientes e a capacidade destes em cumprir com a sua dívida, ou por via da necessidade de equilíbrio da balança orçamental, que implica o aumento dos impostos, e a consequente diminuição dos rendimentos líquidos dos clientes, que também reduz a capacidade do cumprimento da dívida por parte destes.

Relativamente ao impacto dos indicadores específicos dos bancos no crédito malparado, este é, tal como já tinha sido previsto no início do relatório, visivelmente menos

significativo que o impacto causado pelas variáveis macroeconómicas. De entre os indicadores afetos à atividade dos bancos estudados, apenas a dimensão se destaca como sendo capaz de contagiar o rácio de crédito malparado dos bancos. Fora da lista ficaram as variáveis representativas do crescimento do crédito e da rentabilidade, capitalização e eficiência operacional dos bancos, que revelaram não ser estatisticamente significativas para a estimação deste modelo.

No que toca ao impacto da dimensão de um banco sobre o seu crédito malparado, nenhum órgão de gestão pode alterar significativamente este indicador no curto prazo. Contudo, as evidências encontradas na revisão bibliográfica acerca da hipótese *'too big to fail'* e do comportamento de risco dos bancos, aparentam também serem visíveis no sistema bancário português, para o qual o modelo estima que, ao manter constantes as restantes variáveis, um aumento de 1% da 'quota' do total do ativo de um banco no setor, se reflete num aumento próximo de 0,08% no rácio de crédito vencido desse banco no período seguinte. Esta correlação é aceitável, pois bancos com mais recursos e com essa 'proteção' do Governo, por serem considerados 'demasiados grandes para falir' realmente têm uma maior liberdade para conceder crédito. Liberdade essa que os leva a assumir mais riscos e a incluir mais maus devedores no seu leque de clientes, refletindo-se assim num rácio de crédito malparado mais elevado no período seguinte.

## 7. Conclusão

A elaboração do presente relatório teve como objetivo a apresentação da experiência proporcionada pelo estágio curricular, realizado na CCAM de Coimbra, e o estudo dos principais fatores que afetam os rácios de crédito malparado no setor bancário em Portugal. Relativamente ao estágio, este revelou-se uma experiência enriquecedora a nível profissional, no sentido em que permitiu um acompanhamento próximo do modo de funcionamento do setor bancário, e possibilitou a conciliação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do percurso académico mais recente com a prática vivenciada neste segmento do mercado. No que toca à parte empírica do relatório, foi estimado um modelo de efeitos fixos, com vista a analisar o impacto de alguns dos principais indicadores macroeconómicos e específicos dos bancos, sobre os rácios de crédito malparado do setor bancário português entre 2010 e 2017.

Esta investigação teve como foco o sistema bancário em Portugal, devido aos acontecimentos mais recentes, e ao facto de, nesta matéria, se destacar do resto na União Europeia, ao apresentar rácios de crédito malparado muito elevados. Contudo, a maioria dos resultados obtidos vão de encontro ao que foi observado na literatura, para outros países. Os indicadores macroeconómicos analisados provaram ser altamente influenciadores dos níveis de crédito malparado dos bancos, com as taxas de crescimento do PIB a estarem negativamente relacionadas com os níveis de crédito malparado, e as altas taxas de desemprego e os altos rácios de dívida pública a contribuírem para o aumento do rácio de crédito vencido. Apenas as conclusões relativas às taxas de juro se revelaram contraditórias em relação à literatura, que previa uma correlação positiva entre esta variável e o rácio de crédito malparado. Porém, em Portugal, aumentos das taxas de juro não se refletem em aumentos do crédito malparado, abrindo espaço à hipótese de que existem devedores precavidos que, com a subida das taxas de juro, abdicam de contrair crédito sob pena de não o conseguirem pagar, contribuindo para a melhoria da qualidade do crédito nos períodos seguintes. Quanto aos indicadores específicos dos bancos, apenas a sua dimensão se revelou capaz de exercer influência sobre a qualidade do crédito dos bancos, ao reforçar as hipóteses de *'too big to fail'* e do comportamento de risco dos bancos evidenciadas na literatura, e segundo as quais os bancos com mais recursos e com essa 'proteção' do Governo abusam da sua posição e assumem riscos maiores.

O conhecimento mais aprofundado das determinantes do crédito malparado é visto como um ponto de partida para atingir bons resultados na qualidade do crédito concedido. Daí, um dos objetivos assentes nos estudos destas determinantes passar pela redução do crédito malparado, como condição necessária para a estabilidade económica, e para o alcance das condições ideais que permitam a prossecução dos objetivos dos bancos e das metas do sistema bancário. A abordagem desta temática acaba por ser muito importante para o setor bancário e para o Banco de Portugal que, como regulador, poderá usufruir destes meios com vista a antecipar eventuais problemas que possam afetar a solidez do sistema bancário e, eventualmente, tomar medidas que atenuem o seu impacto.

No entanto, o estudo realizado apresenta ainda algumas limitações, com destaque para o facto de não terem sido obtidos dados para todos os períodos de atividade dos bancos da amostra, o que tira alguma consistência da estimação e pode induzir em erro a análise de alguns indicadores, e o facto de não terem sido disponíveis dados semestrais relativos às demonstrações financeiras dos bancos anteriores a 2010, o que obrigou a restringir a amostra. Posto isto, poderia ser vantajosa a realização de um novo estudo debruçado sobre esta temática, e que utilizasse dados anuais, de forma a poder abranger um período mais extenso. A restrição da amostra para os bancos mais relevantes em Portugal, a par da adição dos principais bancos de outros países da União Europeia também seria interessante, pois permitiria análises comparativas mais precisas sem perder a essência da investigação.

## Referências Bibliográficas

- Banco de Portugal (2018). *Relatório de Estabilidade Financeira Dezembro 2018*. Lisboa.
- Berge, T. O., & Boye, K. G. (2007). An analysis of banks' problem loans. *Economic Bulletin (Norges Bank)*, 78(2).
- Berger, A. N., & DeYoung, R. (1997). Problem loans and cost efficiency in commercial banks. *Journal of Banking & Finance*, 21(6), 849-870.
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Coimbra (2015). *Relatório de Contas 2015*. Coimbra
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Coimbra (2016). *Relatório de Contas 2016*. Coimbra
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Coimbra (2017). *Relatório de Contas 2017*. Coimbra
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Coimbra (2018). *Relatório de Contas 2018*. Coimbra
- Carey, M. (1998). Credit risk in private debt portfolios. *The Journal of Finance*, 53(4), 1363-1387.
- Castro, V. (2013). Macroeconomic determinants of the credit risk in the banking system: The case of the GIPSI. *Economic Modelling*, 31, 672-683.
- Demirgüç-Kunt, A., & Detragiache, E. (1998). The determinants of banking crises in developing and developed countries. *Staff Papers*, 45(1), 81-109.
- Dimitrios, A., Helen, L., & Mike, T. (2016). Determinants of non-performing loans: Evidence from Euro-area countries. *Finance research letters*, 18, 116-119.
- Fofack, H. L. (2005). *Nonperforming loans in Sub-Saharan Africa: causal analysis and macroeconomic implications*. The World Bank.
- Im, K. S., Pesaran, M. H., & Shin, Y. (2003). Testing for unit roots in heterogeneous panels. *Journal of econometrics*, 115(1), 53-74.
- Jesus, S., & Gabriel, J. (2006). Credit cycles, credit risk, and prudential regulation.
- Jiménez, G., & Saurina, J. (2006). Credit cycles, credit risk, and prudential regulation. *International Journal of Central Banking*, 2(2), 65-98.
- Keeton, W. R., & Morris, C. S. (1987). Why do banks' loan losses differ?. *Economic Review*, 72(5), 3-21.

- Klein, N. (2013). *Non-performing loans in CESEE: Determinants and impact on macroeconomic performance* (No. 13-72). International Monetary Fund.
- Llewellyn, D. T. (2002). An analysis of the causes of recent banking crises. *The European journal of finance*, 8(2), 152-175.
- Louzis, D. P., Vouldis, A. T., & Metaxas, V. L. (2012). Macroeconomic and bank-specific determinants of non-performing loans in Greece: A comparative study of mortgage, business and consumer loan portfolios. *Journal of Banking & Finance*, 36(4), 1012-1027.
- Messai, A. S., & Jouini, F. (2013). Micro and macro determinants of non-performing loans. *International journal of economics and financial issues*, 3(4), 852-860.
- Nkusu, M. M. (2011). *Nonperforming loans and macrofinancial vulnerabilities in advanced economies* (No. 11-161). International Monetary Fund.
- Podpiera, J., & Weill, L. (2008). Bad luck or bad management? Emerging banking market experience. *Journal of financial stability*, 4(2), 135-148.
- Rajan, R. G. (1994). Why bank credit policies fluctuate: A theory and some evidence. *The Quarterly Journal of Economics*, 109(2), 399-441.
- Rajan, R., & Dhal, S. C. (2003). Non-performing loans and terms of credit of public sector banks in India: An empirical assessment. *Reserve Bank of India Occasional Papers*, 24(3), 81-121.
- Reinhart, C. M., & Rogoff, K. S. (2011). From financial crash to debt crisis. *American Economic Review*, 101(5), 1676-1706.
- Rinaldi, L., & Sanchis-Arellano, A. (2006). Household debt sustainability: what explains household non-performing loans? An empirical analysis.
- Schwaiger, M., Winkler, G., & Rossi, S. P. (2005). *Managerial Behavior and Cost/Profit Efficiency in the Banking Sectors of Central and Eastern European Countries* (No. y: 2005: i: 96: b: 1).
- Salas, V., & Saurina, J. (2002). Credit risk in two institutional regimes: Spanish commercial and savings banks. *Journal of Financial Services Research*, 22(3), 203-224.

Stefania, P. R., Schwaiger, M., & Winkler, G. (2005). Managerial behavior and cost/profit efficiency in the banking sectors of Central and Eastern European countries. *Working paper Series of the Oesterreichische National bank*.

Williams, J. (2004). Determining management behaviour in European banking. *Journal of Banking & Finance*, 28(10), 2427-2460.

Wooldridge, J. M. (2010). *Econometric analysis of cross section and panel data*. MIT press.

### **Páginas Web Consultadas**

Crédito Agrícola. (2018). Quem somos – Grupo Crédito Agrícola. Obtido em Fevereiro 8, 2018 de <https://www.creditoagricola.pt/institucional/o-grupo-ca/quem-somos---apresentacao-ca>

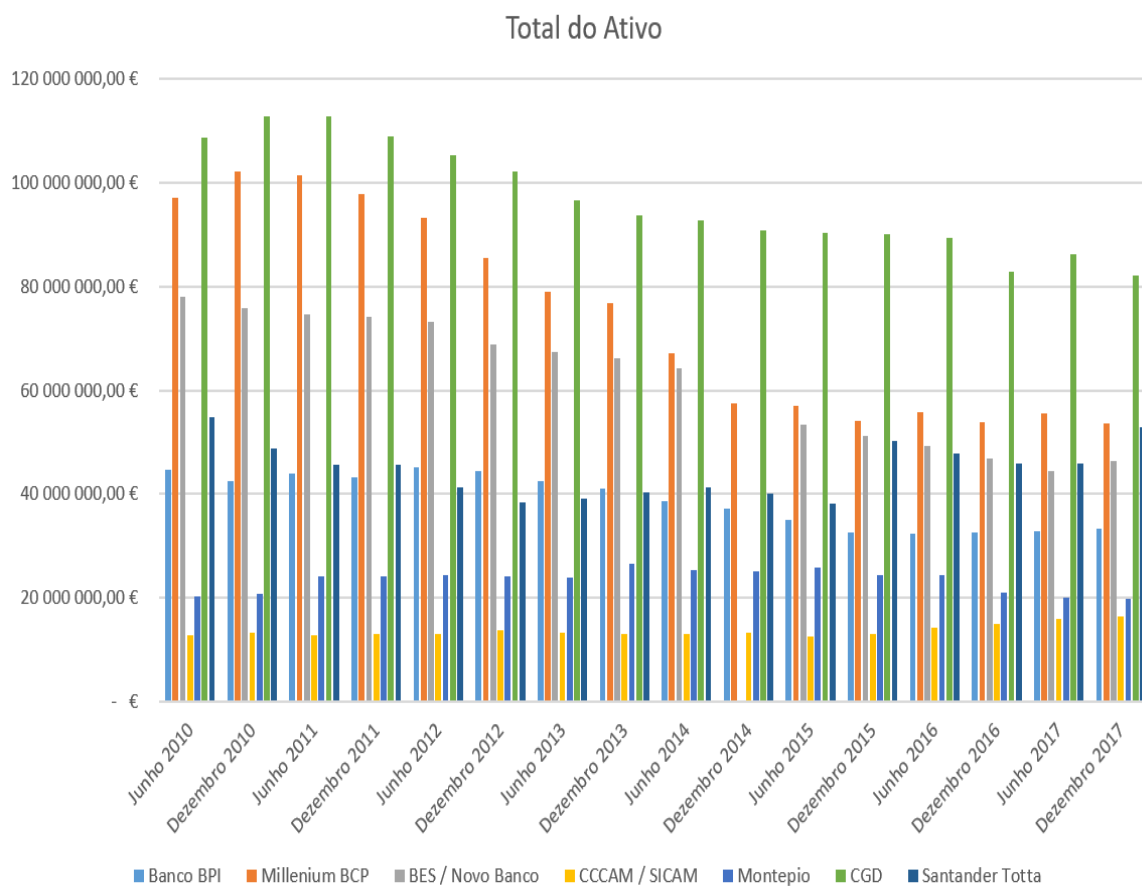
Crédito Agrícola. (2018). História do Grupo CA. Obtido em Fevereiro 8, 2018 de <https://www.creditoagricola.pt/institucional/o-grupo-ca/quem-somos---apresentacao-ca>





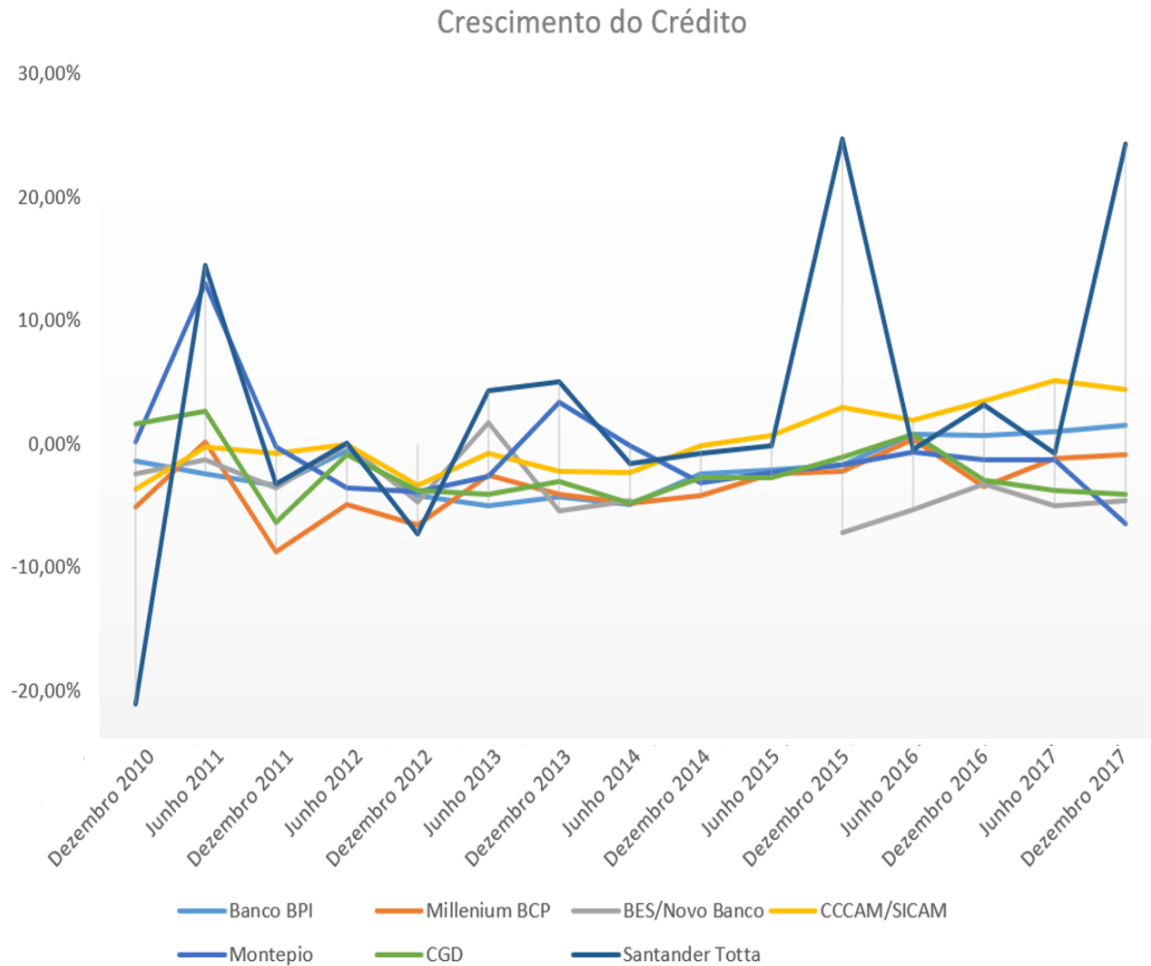
## Anexos

### Anexo I – Evolução Semestral do Total do Ativo dos Principais Bancos do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017



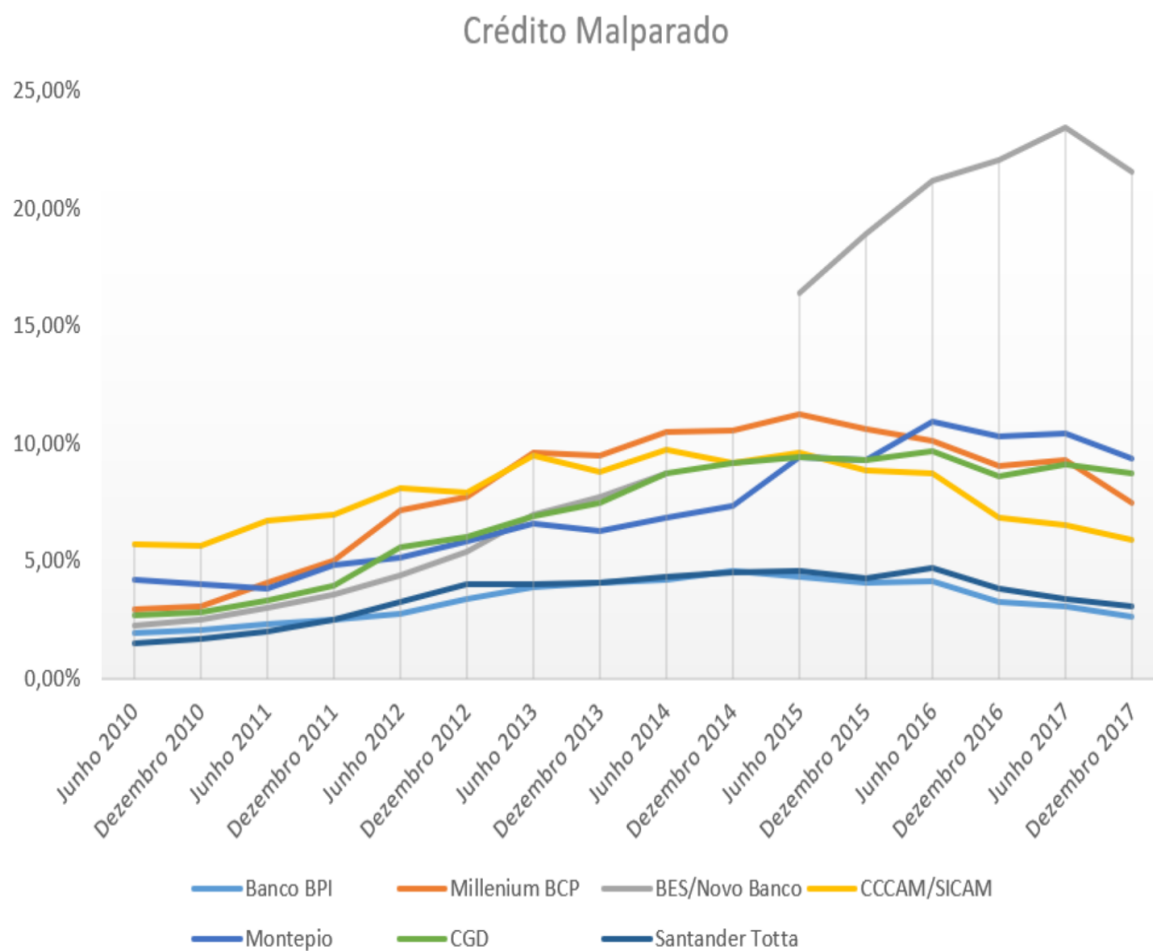
Fonte: Elaboração própria com base nos Balanços dos Bancos, fornecidos pela Associação Portuguesa de Bancos.

Anexo II – Evolução Semestral da Taxa de Crescimento da Concessão de Crédito por parte dos Principais Bancos do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017



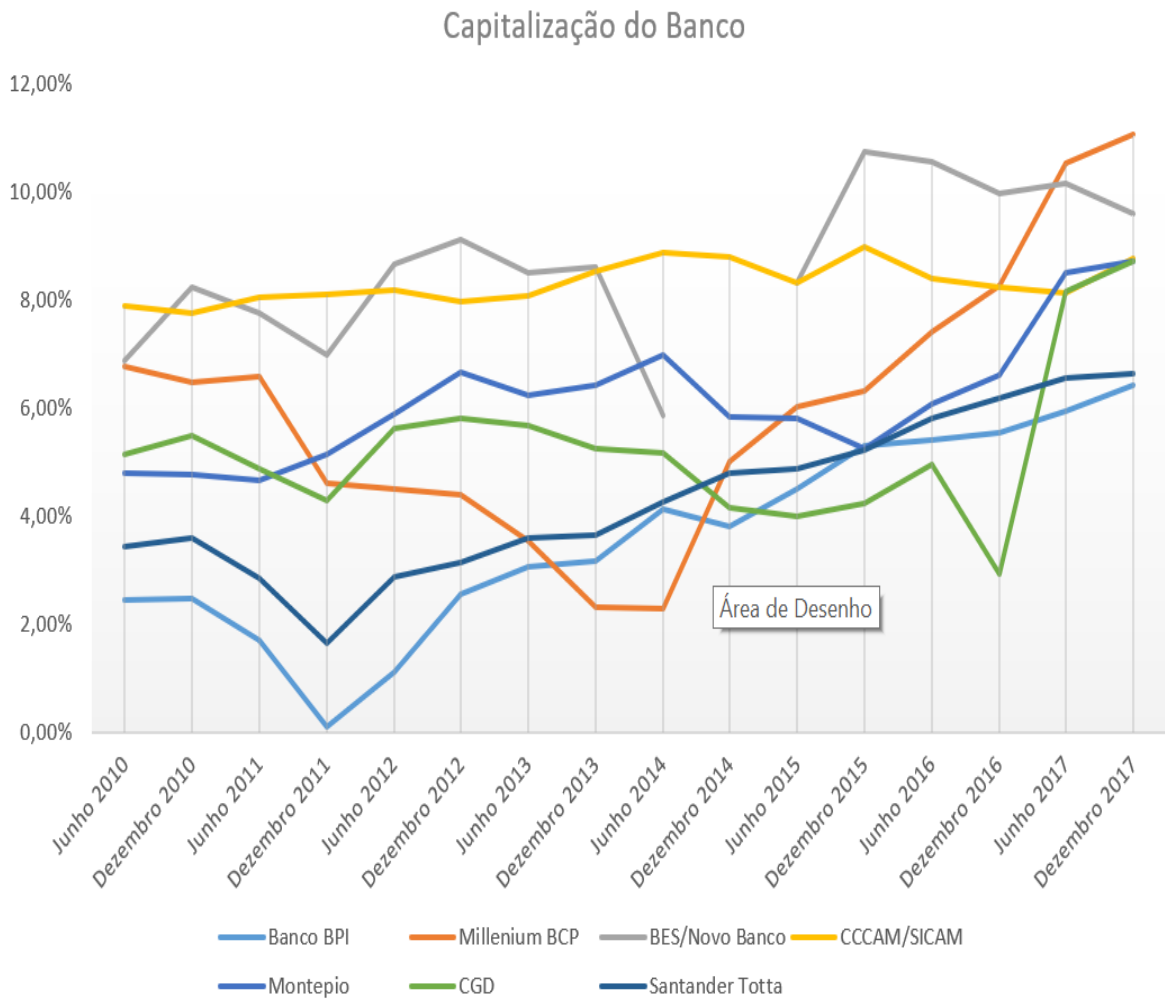
Fonte: Elaboração própria com base nos Balanços dos Bancos, fornecidos pela Associação Portuguesa de Bancos.

Anexo III – Evolução Semestral do Rácio de Crédito Malparado dos Principais Bancos do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017



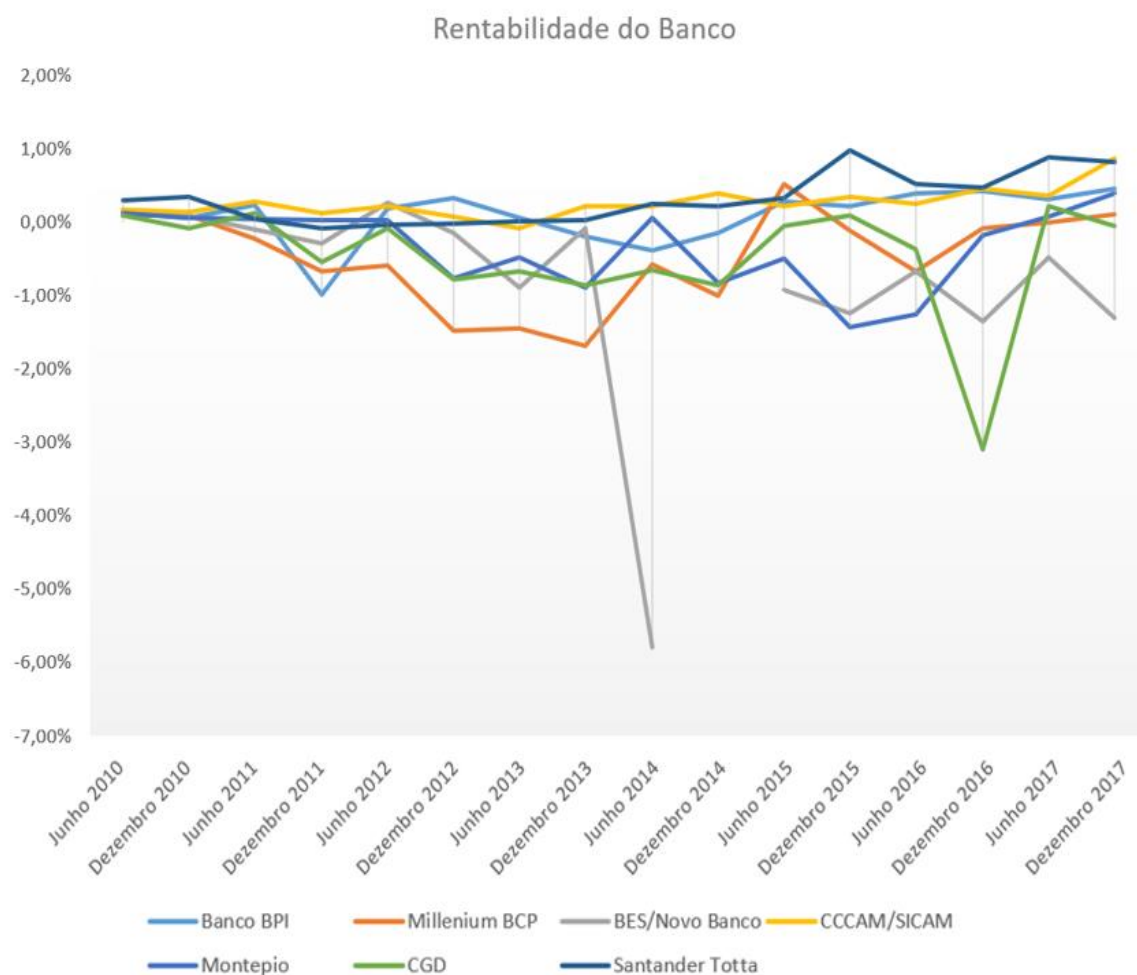
Fonte: Elaboração própria com base nos Balanços dos Bancos, fornecidos pela Associação Portuguesa de Bancos.

Anexo IV – Evolução Semestral do Rácio de Capitalização dos Principais Bancos do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017



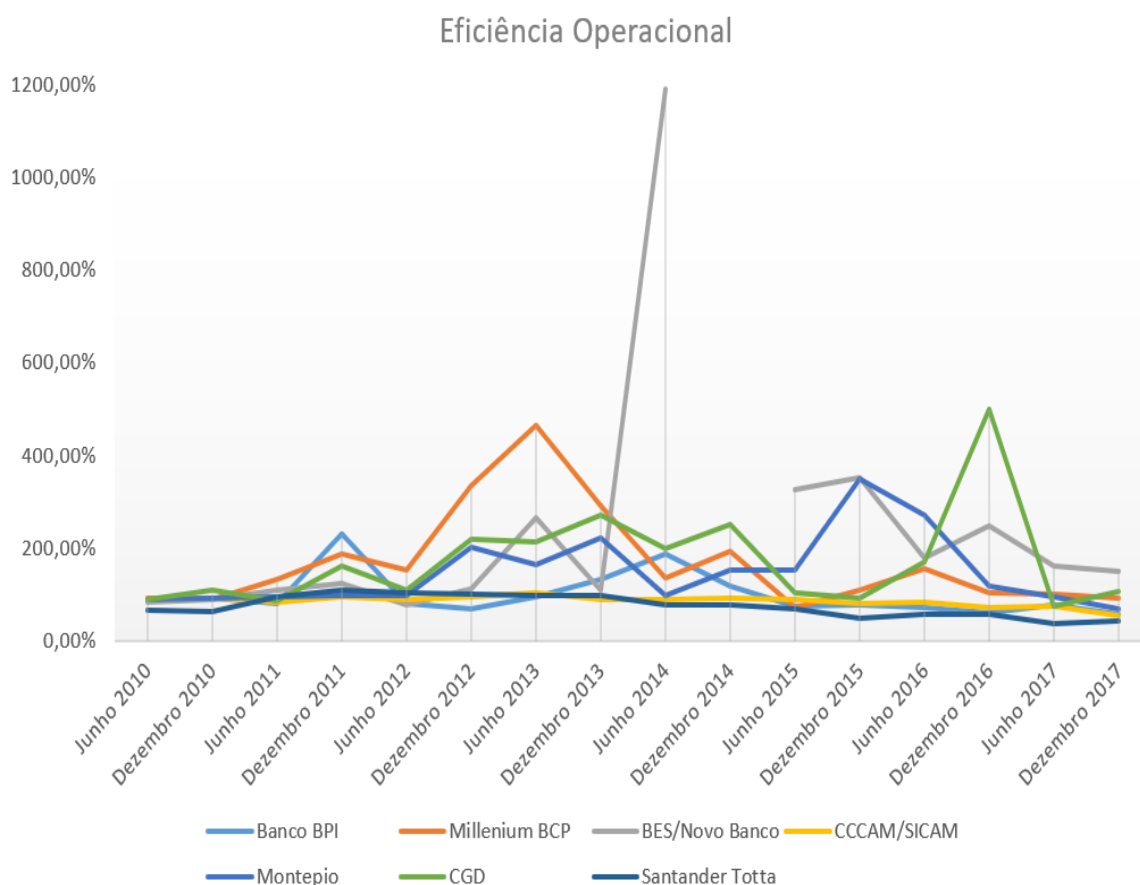
Fonte: Elaboração própria com base nos Balanços dos Bancos, fornecidos pela Associação Portuguesa de Bancos.

Anexo V – Evolução Semestral da Rentabilidade dos Principais Bancos do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017



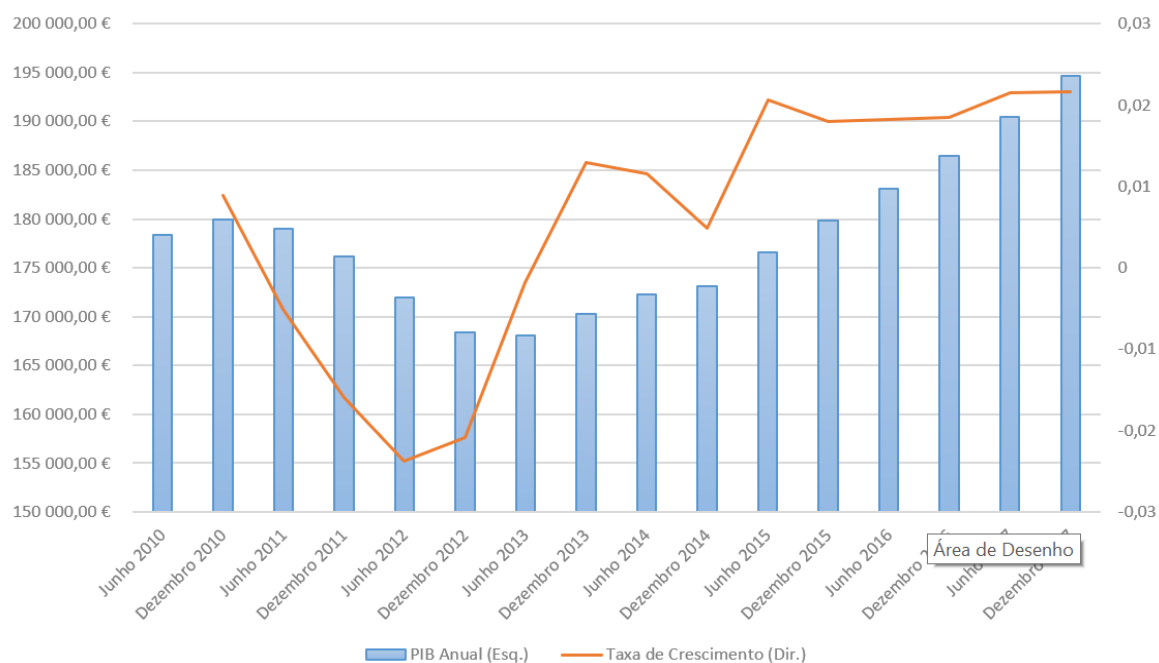
Fonte: Elaboração própria com base nos Balanços e nas Demonstrações de Resultados dos Bancos, fornecidos pela Associação Portuguesa de Bancos.

Anexo VI – Evolução Semestral da Eficiência Operacional dos Principais Bancos do Sistema Bancário Português entre 2010 e 2017



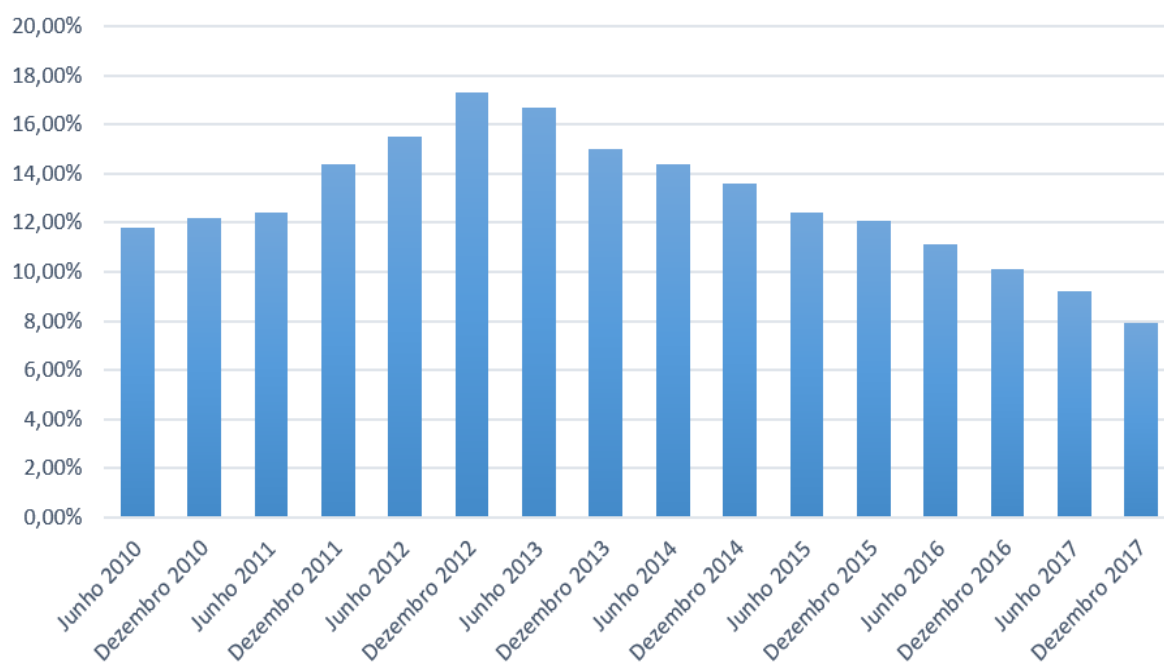
Fonte: Elaboração própria com base nas Demonstrações de Resultados dos Bancos, fornecidos pela Associação Portuguesa de Bancos.

Anexo VII – Evolução Semestral do Produto Interno Bruto Anual em Portugal, e respetiva taxa de variação entre 2010 e 2017



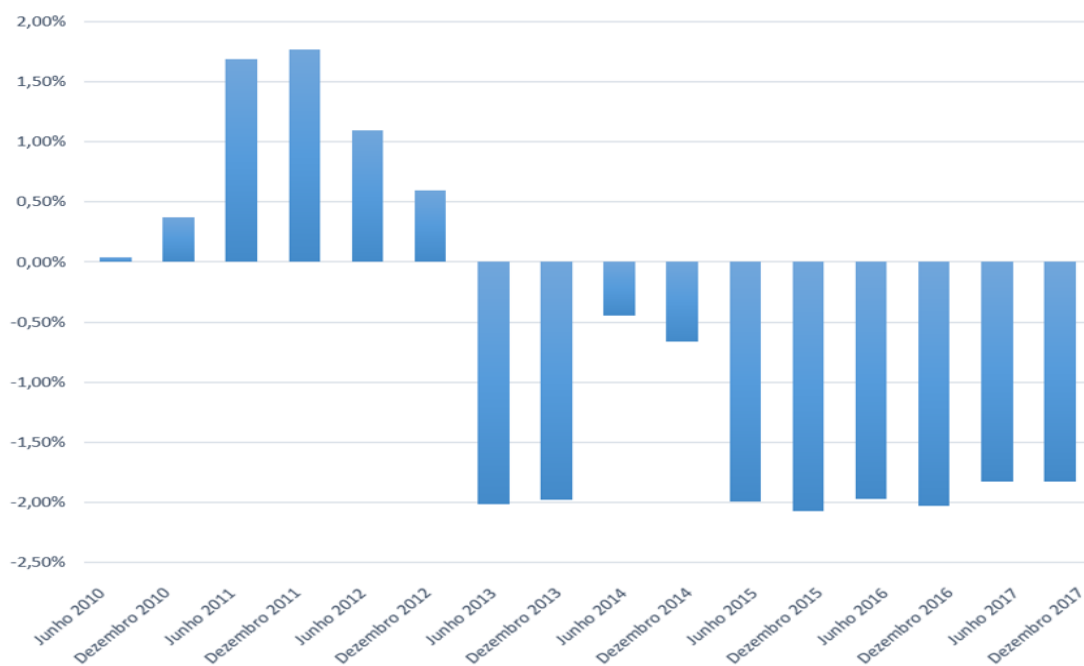
Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pela Eurostat.

Anexo VIII – Evolução Semestral da Taxa de Desemprego em Portugal entre 2010 e 2017



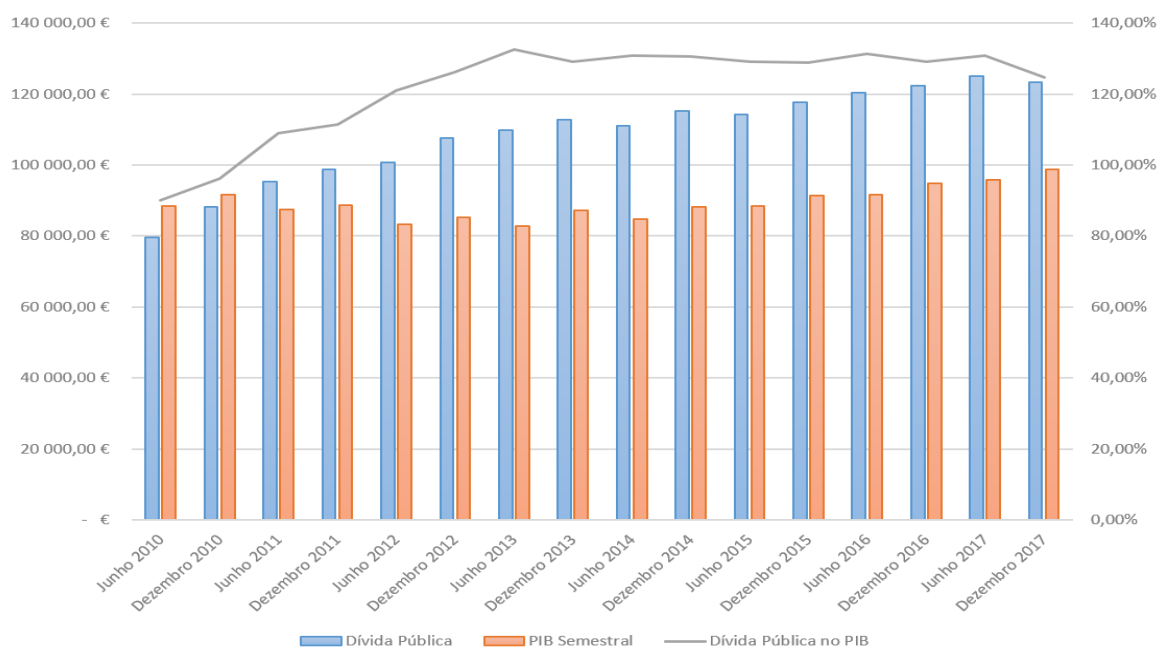
Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pela Eurostat.

## Anexo IX – Evolução Semestral da Taxa de Juro Real em Portugal entre 2010 e 2017



Fonte: Elaboração própria com base dados fornecidos pela Ameco.

## Anexo X – Evolução Semestral da Dívida Pública e do Produto Interno Bruto Anual em Portugal, e do respetivo rácio entre as variáveis entre 2010 e 2017



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos Pelo Banco Mundial e pela Eurostat.